

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC FELIPE MATIAS NUNES

A ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA NO SÉCULO XXI:
uma análise sob a ótica do *Anti-Access/Area-Denial*

Rio de Janeiro

2020

CC FELIPE MATIAS NUNES

A ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA NO SÉCULO XXI:
uma análise sob a ótica do *Anti-Access/Area-Denial*

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alceu Oliveira Castro Jungstedt

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

AGRADECIMENTOS

À Escola de Guerra Naval, por meio de sua direção, corpo docente e administração, a qual possibilitou a transmissão de conhecimentos fundamentais para a elaboração desta dissertação.

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Alceu Oliveira Castro Jungstedt, pelas precisas orientações, apoio, ensinamentos e paciência, os quais foram de grande relevância para a produção deste estudo.

Aos meus amigos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores do ano de 2020, pelo convívio fraterno. Em especial, aos amigos Capitães de Corveta Tavares e Guilherme Santos, por contribuírem com oportunas sugestões para a melhoria da minha pesquisa.

Aos meus pais Pedro e Lucinda, por terem me oferecido uma base sólida, a qual permitiu eu conseguir trilhar meus objetivos. Ao meu irmão, o Capitão de Corveta José Nunes, pela amizade e apoio constantes, em especial, durante o período do C-EMOS 2020.

À minha amada esposa Caroline, pelo amor e cuidado incondicionais, manifestados pelo irrestrito e persistente incentivo durante a confecção deste trabalho. Ao meu filho Miguel, por encher o nosso lar de felicidade e carinho, o que me conferia o fôlego necessário para prosseguir nos momentos mais difíceis.

Por fim, a Deus, por ter iluminado meu caminho durante toda essa jornada até aqui e por ter me concedido saúde e força para superar as adversidades.

“O que é de suprema importância na guerra é atacar a estratégia do inimigo.”
(SUN TZU)

RESUMO

A ascensão da República Popular da China no cenário internacional, manifestada por sua rápida expansão marítima e, consequentemente, naval, tem sido alvo de debate entre pesquisadores e estrategistas. Tal crescimento é materializado numa postura cada vez mais assertiva em questões como o Mar do Sul da China e Taiwan, reforçando a percepção estadunidense de ameaça à sua atual hegemonia global. Nesse sentido, na busca por uma melhor interpretação do pensamento naval chinês, decorrente do desenvolvimento do seu Poder Nacional, o objetivo desta pesquisa é evidenciar quais as similaridades e particularidades entre o modelo conceitual da estratégia *Anti-Access/Area-Denial*, formulado por Andrew Krepinevich (1950-) e ampliado por Sam J. Tangredi (1956-), e a estratégia naval da Marinha do Exército de Libertação Popular da China no contexto temporal de 2005 a 2015, por intermédio da confrontação entre a teoria e a realidade, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. Para tal, recorreu-se à análise dos elementos fundamentais teóricos, bem como à discriminação da origem, dos influenciadores, dos métodos e dos meios da estratégia naval chinesa, de forma a alicerçar a comparação. Ao final, identificou-se que a defesa *offshore*, presente nos Livros Brancos de Defesa da República Popular da China, tem uma forte ligação com o conceito de *Anti-Access/Area-Denial*. Entretanto, a adoção da proteção de mares abertos por Pequim realçou uma importante singularidade, indicando, assim, uma concepção estratégica mais complexa e rica.

Palavras-chave: *Anti-Access/Area-Denial*. China. Defesa *offshore*. Estratégia Naval. Marinha do Exército de Libertação Popular.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – As disputas pelo direito de soberania no Mar do Sul da China.....	59
Figura 2 – As principais Linhas de Comunicação Marítimas chinesas pelos Oceanos Índico e Pacífico.....	60
Figura 3 – A primeira e a segunda cadeia de ilhas.....	61
Figura 4 – As camadas da defesa <i>offshore</i>	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ordem de batalha estimada da Marinha do Exército de Libertação Popular da China, 2000-2014.....	63
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2 –	Antiacesso
A2/AD –	<i>Anti-Access/Area-Denial</i>
AA –	Antiaérea
AD –	Negação de Área
AS –	Antissubmarino
ASAT –	Antissatélite
ASBM –	<i>Anti-ship Ballistic Missile</i>
ASCM –	<i>Anti-ship Cruise Missile</i>
BRI –	Iniciativa <i>Belt and Road</i>
C4ISR –	<i>Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i>
CNUDM –	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CSBA –	<i>Center for Strategic and Budgetary Assessments</i>
DoD –	<i>Department of Defense</i>
EUA –	Estados Unidos da América
IADS –	<i>Integrated Air Defense System</i>
ICBM –	<i>Intercontinental Ballistic Missile</i>
IRBM –	<i>Intermediate-Range Ballistic Missile</i>
JOAC –	<i>Joint Operational Access Concept</i>
LCM –	Linhas de Comunicação Marítimas
LPD –	<i>Landing Platform/Dock</i>
MDP –	Missile Defense Project

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NAe –	Navio-Aeródromo
NaPaRa –	Navio-Patrolha Rápido
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC –	Partido Comunista Chinês
PLA –	<i>People's Liberation Army</i>
PLAN –	<i>People's Liberation Army Navy</i>
RPC –	República Popular da China
SGM –	Segunda Guerra Mundial
SI –	Sistema Internacional
SSBN –	<i>Ship Submersible Ballistic missile Nuclear powered</i>
TO –	Teatro de Operações
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USN –	<i>United States Navy</i>
VANT –	Veículo Aéreo Não Tripulado
VDS –	<i>Variable Depth Sonar</i>
ZEE –	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O CONCEITO MODERNO DA ESTRATÉGIA A2/AD	13
2.1	A origem do conceito	13
2.2	A formulação do conceito moderno da estratégia A2/AD	15
2.3	Elementos fundamentais da estratégia A2/AD	18
2.4	Os métodos e os meios militares empregados em uma estratégia A2/AD	21
2.5	Conclusões parciais	23
3	A ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA	24
3.1	Fatores geopolíticos	24
3.2	O desenvolvimento do pensamento naval contemporâneo chinês	26
3.2.1	A influência de Alfred Thayer Mahan	27
3.2.2	A influência do Almirante Sergei Gorshkov	29
3.2.3	A influência de Mao Tse-Tung	30
3.2.4	A influência do Almirante Liu Huaqing	31
3.3	Os fins da estratégia naval da China – os Livros Brancos de Defesa	33
3.4	Os métodos da estratégia naval da China	35
3.5	Os meios da estratégia naval da China	39
3.6	Conclusões parciais	43
4	A ESTRATÉGIA A2/AD NA MARINHA DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO POPULAR DA CHINA	45
4.1	A origem e os influenciadores do pensamento naval chinês e o conceito A2/AD....	45

4.2	Os métodos estratégicos navais da China e os elementos fundamentais do A2/AD	47
4.3	Os meios navais da China e da estratégia A2/AD	51
4.4	Conclusões parciais	52
5	CONCLUSÃO	53
	REFERÊNCIAS	56
	ANEXOS	59

1 INTRODUÇÃO

O início do século XXI tem sido marcado por uma crescente importância da República Popular da China (RPC)¹ no cenário internacional, a qual, cada vez mais, demonstra desafiar a hegemonia geopolítica dos Estados Unidos da América (EUA), mediante a atuação das diversas expressões de Poder Nacional.

Dentro desse contexto, uma situação mais estável nas fronteiras do continente permitiu que Pequim concentrasse seus esforços para uma rápida expansão em direção aos Oceanos Pacífico e Índico, em busca de insumos e mercados os quais sustentassem seu crescimento. Essa necessidade despertou um intenso processo de desenvolvimento da estratégia marítima² chinesa e, conseqüentemente, de sua componente naval³.

Além disso, nesse mesmo período, foi evidenciado por centros de estudos localizados nos EUA, que a China poderia, potencialmente, empregar uma estratégia *anti-acess / area denial* (A2/AD⁴), principalmente, no caso de uma escalada da crise sobre a questão de Taiwan ou nas disputas pelo direito de soberania no Mar do Sul da China (FIG. 1, ANEXO A).

Dessa forma, a análise do pensamento estratégico da Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN⁵) e a sua rápida evolução, sob a perspectiva de teorias contemporâneas e à luz da história recente, permitirá uma melhor identificação da atual postura adotada pela China e suas implicações no Sistema Internacional (SI).

Com isso, o presente trabalho tem como propósito confrontar o pensamento estratégico naval da PLAN com os fundamentos teóricos da estratégia A2/AD, evidenciando seus

¹ Para fins deste trabalho, será empregado o termo China, por ser amplamente utilizado.

² Neste trabalho adota-se a formulação de Lars Wedin (2015) para estratégia marítima como sendo a manobra de forças, compreendida em termos de vias e meios, para atingir os fins políticos nos oceanos e mares de interesse.

³ Neste trabalho adota-se a formulação de Lars Wedin (2015) para a estratégia naval como sendo a manobra de forças aeronavais, compreendida em termos de vias e meios, para atingir os objetivos da estratégia marítima.

⁴ Para fins deste trabalho, será utilizado o acrônimo A2/AD dos termos Antiacesso (A2) e Negação de Área (AD).

⁵ Pelo uso mais comum, será adotado neste trabalho a sigla do inglês *People's Liberation Army Navy*.

pontos de aderência e suas singularidades.

De forma a alcançá-lo, será utilizado como desenho de pesquisa o confronto entre a teoria e a realidade, fundamentado em consulta documental e bibliográfica. O estudo estará restrito ao pensamento estratégico naval chinês entre os anos de 2005 e 2015. Esse contexto temporal foi delimitado por representar um período de grandes transformações da PLAN no início do século XXI.

Assim, de modo a empreender tal análise, a questão central desta pesquisa é: Quais seriam os pontos de aderência e as singularidades do pensamento estratégico naval do século XXI da PLAN em relação aos fundamentos do modelo teórico da estratégia A2/AD?

Ao final, além da questão central, busca-se, também, responder às seguintes questões complementares: Quais os principais pressupostos teóricos estabelecidos para este trabalho? Como tem sido o desenvolvimento do pensamento naval na China no século XXI, diante do seu crescente protagonismo no cenário mundial? Quais os principais aspectos da estratégia naval da PLAN?

Dada a natureza dessas perguntas, respondidas ao final de cada análise, não foram estabelecidas hipóteses a serem testadas, uma vez que seria difícil definir critérios claros para aceitá-las ou negá-las.

Para atingir o propósito mencionado, o trabalho está estruturado em cinco capítulos. A presente introdução visa a descrever o tema proposto, bem como a estrutura do texto. Em seguida, no segundo capítulo, serão apontados os principais fundamentos teóricos da estratégia A2/AD, propostos por Andrew Krepinevich (1950-) e detalhados por Sam J. Tangredi (1956-).

No terceiro capítulo, o objetivo será analisar o pensamento estratégico naval da China no contexto temporal delimitado, de forma a identificar as suas principais características. No quarto capítulo, a partir do confronto entre o objeto e o modelo teórico, serão identificados os principais pontos de aderência e as singularidades. Por fim, o último capítulo expressará uma conclusão acerca do estudo, de acordo com a análise das evidências e informações obtidas.

2 O CONCEITO MODERNO DA ESTRATÉGIA A2/AD

Este capítulo está dividido em cinco seções e se propõe a apresentar o conceito moderno da estratégia⁶ A2/AD proposto por Andrew Krepinevich e detalhado por Sam J. Tangredi. Primeiramente, aponta-se a origem do conceito no seio dos estrategistas dos EUA. Na sequência, é formulada uma definição, com base nas visões desses dois estudiosos sobre o tema. Posteriormente, abordam-se os elementos fundamentais que compõem o modelo teórico de Tangredi. Na seção seguinte, são identificados os principais métodos e meios militares necessários para um Estado empregar tal postura estratégica. E, finalmente, são sintetizados os principais aspectos, os quais servirão como aporte para realizar a análise proposta.

2.1 A origem do conceito

Durante a Guerra Fria (1947-1989), os EUA mantiveram forças substanciais na Europa e na Ásia, como parte de uma estratégia militar de contenção da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), a qual enfatizava a dissuasão e a defesa avançada. Essa postura foi possível porque Washington tinha uma clara compreensão e uma alta confiança da localização dos prováveis atos de agressão, bem como uma crença de que suas bases avançadas no exterior eram razoavelmente seguras, mesmo em caso de ataque inimigo (KREPINEVICH *et al.*, 2003).

Especificamente, no âmbito da estratégia naval, a superioridade estadunidense após a Segunda Guerra Mundial (SGM) (1939-1945), tanto em termos materiais quanto em

⁶ Neste trabalho será considerado o conceito amplamente aceito no qual a estratégia é um conjunto de *ends* (fins), *ways* (métodos) e *means* (meios), aplicáveis em quaisquer níveis de condução, sejam eles estratégico, operacional ou tático (LYKKE, 1989).

experiência de combate, forçou a ex-URSS a negar o uso do mar⁷. Baseado nesse fato, o investimento soviético foi, inicialmente, focado em submarinos, tanto nucleares quanto convencionais, minas, bombardeiros de longo alcance, mísseis de cruzeiro lançados por todos os tipos de plataformas e mísseis balísticos. Atualmente, muitos desses meios são considerados como elementos da estratégia A2/AD, reforçando assim a sua origem naval, antes de se transformar em um conceito independente (TANGREDI, 2013).

No início da década de 1990, o conceito moderno da estratégia A2/AD começou a surgir, formalmente, nos estudos estratégicos de vários *Think Tanks*⁸ dos EUA (CLIFF *et al.*, 2007; TANGREDI, 2013). Uma das principais razões para isso foi o colapso da ex-URSS e da estrutura bipolar, tornando os EUA a única potência hegemônica global (TANGREDI, 2013).

Diante dessa realidade pós-Guerra Fria, duas tendências eram adicionadas na avaliação dos planejadores militares. Dado a preponderância bélica dos EUA frente aos demais Estados, comprovada durante a Primeira Guerra do Golfo (1991), era de se esperar que os possíveis oponentes utilizariam uma abordagem diferente da guerra convencional, optando por formas assimétricas. Além disso, o rápido progresso e difusão das tecnologias militares poderiam oferecer a esses adversários os meios necessários para implementação de tais estratégias (KREPINEVICH *et al.*, 2003).

Isso gerou, naturalmente, o nascimento de uma nova era "expedicionária" na ótica de Washington. Tal enfoque foi explorado pela Marinha dos EUA (USN⁹) na década de 1990, juntamente com o Corpo de Fuzileiros Navais, com o propósito de restabelecer sua contribuição dentro de uma força conjunta designada para garantir o acesso¹⁰ aonde fosse necessário. Aos

⁷ Derivado do conceito de *sea denial*, o qual representa a tentativa de impedir o uso de uma área marítima pelo adversário, principalmente, quando não se é capaz de controlar essa área (SPELLER, 2014).

⁸ Segundo o Dicionário Cambrigde on-line, significa um grupo de especialistas reunidos, geralmente por um governo específico, para desenvolver ideias sobre um tema de relevância e para propor ações a serem desenvolvidas (CAMBRIGDE, 2020).

⁹ Do original em inglês *United States Navy*.

¹⁰ Acesso como o espaço de manobra comercial, política e militar dentro de uma determinada zona geográfica.

poucos, essa percepção dentro da USN foi se expandindo para os outros Departamentos dentro do Pentágono (TANGREDI, 2013).

Percebe-se, com as evidências descritas anteriormente, que o desenvolvimento do conceito moderno da estratégia A2/AD, em si, ocorreu no seio dos pensadores estadunidenses, justamente quando houve uma ruptura nas relações internacionais com o fim do SI bipolar. Nota-se, também, a presença da influência da negação do uso do mar na origem da definição desse modelo teórico em questão, fruto da necessidade observada pela USN de garantir o acesso global em oposição a Marinha da ex-URSS.

Em vista dos argumentos apresentados, entende-se que o conceito A2/AD carrega, ao longo de todo o seu desenvolvimento, a interpretação dos EUA sobre como seus oponentes enfrentarão o desafio de superar a sua hegemonia militar. Assim sendo, não, necessariamente, representa, por completo, o pensamento estratégico naval dos demais Estados.

2.2 A formulação do conceito moderno da estratégia A2/AD

A primeira formulação dessa ideia, embora não usando expressamente o termo como conhecido hoje, ocorreu em um artigo escrito por Andrew Krepinevich em 1992, enquanto ele trabalhava no *Office of Net Assessment*¹¹, no qual afirmava que os potenciais oponentes dos EUA, em vez de controlarem ou dominarem os ambientes marítimo, aéreo, espacial e de informação, teriam o objetivo de negar o seu acesso (*apud* CLIFF *et al.*, 2007).

Essa caracterização inicial da estratégia A2/AD foi refletida nas análises subsequentes da questão nos centros de pesquisa estadunidenses. Os motivos os quais

¹¹O *Office of Net Assessment* é uma organização independente dentro do Departamento de Defesa (DoD) dos EUA, encarregada de identificar ameaças e oportunidades, emergentes ou futuras, por meio da avaliação das capacidades militares, atuais e potenciais, dos EUA em comparação com outros Estados ou coalizões (EUA, 2015a).

induziram os estrategistas a essa conclusão baseiam-se na análise da alta probabilidade de vitória, caso fosse garantido o acesso das tropas estadunidenses ao local de conflito, devido à sua hegemonia militar em uma campanha convencional. Nesse contexto, um oponente racional deveria procurar adquirir as capacidades necessárias para impossibilitar ou atrasar o emprego de meios dos EUA no teatro de operações (TO), bem como negar-lhe o uso de bases regionais, na esperança de que, ao fazê-lo, impediria as forças inimigas de agir (CLIFF *et al.*, 2007).

Em 2003, Andrew Krepinevich, Barry Watts e Robert Works em *Meeting the Anti-Access and Area Denial Challenge* detalharam melhor o conceito em um estudo realizado no *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA)¹², sendo, pela primeira vez, o acrônimo A2/AD citado em larga escala (*apud* TANGREDI, 2013). Segundo eles, as estratégias antiacesso (A2) visariam a impedir a entrada de forças no TO, enquanto que as medidas de negação de área (AD) teriam o objetivo de limitar a liberdade de ação de tropas dentro da área defendida pelo adversário, incluindo operações aéreas, terrestres e navais, para impossibilitar a realização do emprego conjunto de projeção de poder (KREPINEVICH *et al.*, 2003).

Em 2012, o Departamento de Defesa dos EUA (DoD¹³) publicou o conceito de acesso operacional conjunto (JOAC¹⁴), no qual definiu formalmente a estratégia A2/AD na visão das forças armadas estadunidenses. Nesse documento, ela é descrita como

Antiacesso – tais capacidades, geralmente de longo alcance, projetadas para evitar que um inimigo avançado entre em uma área de operações; negação de área - tais capacidades, geralmente de curto alcance, projetadas não para manter o inimigo fora, mas para limitar sua liberdade de ação dentro da área de operações (EUA, 2012, p. 40, tradução nossa)¹⁵.

Em razão da conceituação estabelecida pelo DoD dos EUA ser, essencialmente, a

¹²O CSBA é um *Think Tank* independente com o propósito de desenvolver conceitos, inovadores e de defesa, bem como promover o debate público e estimular ações para garantir os interesses dos EUA e aliados (CSBA, 2020).

¹³Do original em inglês *Department of Defense*.

¹⁴Do original em inglês *Joint Operational Access Concept*.

¹⁵Original em inglês: “Antiacesso – Those capabilities, usually long-range, designed to prevent an advancing enemy from entering an operational área; area-denial - Those capabilities, usually of shorter range, designed not to keep the enemy out but to limit his freedom of action within the operational área” (EUA, 2012, p. 40).

mesma da definição de estratégia A2/AD descrita nos estudos do CSBA e de Andrew Krepinevich, para este estudo serão consideradas como semelhantes.

Pelos conceitos apresentados, pode-se concluir que o emprego desse pensamento estratégico estaria, necessariamente, associado ao beligerante de menor poder combatente, o qual seria destinado a essa postura defensiva pela improbabilidade de vitória em uma guerra convencional. Ademais, essas formulações, em si, destacam a dimensão militar da estratégia A2/AD, tornando a abordagem mais próxima da arte operacional e a afastando dos níveis estratégico e político.

Por outra perspectiva, Tangredi trata o conceito de A2/AD segundo uma ótica mais ampla. Conforme seu pensamento, antiacesso e negação de área seriam a forma moderna de se referir a estratégias voltadas em impedir que um oponente opere perto, em torno ou dentro de uma região contestada. Além disso, na sua visão, ambos seriam parte de um único conceito essencial no qual o termo “guerra antiacesso” expressaria melhor essa interpretação. Para ele, inclusive, o uso da expressão A2/AD torna mais fácil para os analistas negligenciar aspectos não militares e o papel da dissuasão. Adicionalmente, a parte de negação de área do construto A2/AD referir-se-ia a ações de nível tático, focadas no combate direto entre forças oponentes e, portanto, contribuindo pouco para esse ponto de vista mais abrangente (TANGREDI, 2013).

Outrossim, em complementação ao enfoque dado pelos estrategistas dos EUA, fruto da visão estadunidense dos seus potenciais oponentes, Tangredi afirma que o A2/AD seria um conceito já existente, embora intuitivo no passado, amplamente empregado ao longo de toda a história militar, como na Batalha de Salamina (480 a.C.) ou na Guerra das Malvinas (1982). Da mesma forma, apesar de ser uma postura essencialmente defensiva, seu emprego não seria exclusivo de um oponente taticamente inferior ou de uma potência a qual vise a manter o *status quo*, sendo um exemplo notável o próprio Japão na Campanha do Pacífico (1941-1945) durante a SGM (TANGREDI, 2013).

Por fim, o conceito faria parte de uma Grande Estratégia¹⁶ e dependeria de outras dimensões não militares, tais como políticas, diplomáticas e econômicas, em tempo de paz e de guerra, para a sua efetividade (TANGREDI, 2013).

Levando-se em conta o que foi observado, as duas perspectivas de A2/AD descritas têm diversos pontos de aderência. Entretanto, em alguns aspectos, as suas conclusões são distintas. Na visão de Krepinevich, destacam-se a abordagem em nível mais operacional, focada nos meios e objetivos militares, o seu emprego por um beligerante de capacidade inferior e o surgimento recente dessa estratégia – devido à hegemonia estadunidense e à difusão das novas tecnologias militares. Contudo, Tangredi tenta analisar esse desafio em uma ótica mais holística, tratando o conceito como algo existente, mesmo que intuitivo, nos conflitos históricos, bem como na possibilidade de adoção por outros atores e na sua extensão para outras expressões do Poder Nacional.

Dado o exposto, neste estudo, o conceito será tratado sob a ótica de Tangredi, por ela tratar tanto da dimensão militar – incluídas as considerações operacionais – quanto das outras expressões de poder. Todavia, dado a maior familiaridade com o acrônimo, será mantida a nomenclatura consagrada de estratégia A2/AD de Krepinevich.

2.3 Elementos fundamentais da estratégia A2/AD

Após terem sido identificadas as origens da estratégia A2/AD e proposta uma definição, é necessário analisar os seus principais aspectos para permitir a comparação com o pensamento estratégico naval chinês. Segundo Tangredi (2013), existem cinco elementos

¹⁶O termo Grande Estratégia, como empregado por Tangredi, se aproxima mais do conceito de Estratégia Integral do General Lucien Poirier (1918-2013), pois está associado tanto ao tempo de paz quanto ao de guerra, utilizando todos os meios, tanto civis como militares, existentes e potenciais, para atingir os objetivos políticos (COUTAUBÉGARIE, 2010).

fundamentais, presentes nos conflitos que a empregaram ao longo da história, os quais, juntos, tornam a adoção de uma postura A2/AD uma escolha estratégica lógica pelo Estado beligerante. Nesse sentido, eles seriam vistos como fatores para definir e determinar o ambiente estratégico, a tomada de decisão por sua implementação e o resultado do conflito em si.

A **percepção da superioridade estratégica do oponente** seria o primeiro elemento a motivar as lideranças estatais (ou um grupo armado) na adoção da estratégia A2/AD como forma primária de defesa. Sem essa sensação de inferioridade, um decisor racional não demandaria tal postura defensiva, visto que haveria um emprego substancial de recursos militares na sua implementação, os quais não poderiam ser concentrados em uma ação avançada sobre o oponente. Esse enfoque não significa, taticamente, a falta de espaço para objetivos ofensivos – tais como expansão territorial ou a ameaça aos Estados fronteiriços – mas sim que o envolvimento, no conflito, de uma potência de maior poder militar, político, diplomático ou econômico é um fator de destaque na campanha (TANGREDI, 2013).

Como segundo elemento, identifica-se **a primazia da geografia**. Ela pode ser compreendida como um aspecto de grande influência nos fatores operacionais, bem como sob a ótica de uma maior facilidade proporcionada para adoção de uma estratégia de atrição, fundamental no emprego do A2/AD. Em outras palavras, se o Estado que implementa tal postura estratégica tem maior acessibilidade às características geográficas regionais próximas, poderá usá-las, em seu favor, para desgastar o oponente, restringindo assim sua liberdade de ação e atrasando seus movimentos. O planejamento militar já reconhece a relevância da geografia no campo de batalha, todavia, a sua exploração na estratégia A2/AD é o principal fator físico (TANGREDI, 2013).

O terceiro elemento tem suas origens na primazia da geografia, porém é analisado de forma separada por sua relevância, representado pela **predominância geral do domínio marítimo dentro do TO**. Como os oceanos e mares ocupam mais de 70% da superfície do

globo, bem como, em sua grande parte, os Estados gozam de liberdade de navegação, existe aí a possibilidade de amplos espaços de manobra para forças militares. Adicionalmente, esse espaço geográfico apresenta um número mais reduzido de pontos de apoio para a sua defesa, tornando assim natural o seu emprego para projeção de poder pela potência estrategicamente superior. O sucesso de uma estratégia A2/AD residiria justamente em negar o uso marítimo de tais regiões ao oponente. Por fim, esse elemento está intrinsecamente ligado à origem naval do conceito, a negação do uso do mar (TANGREDI, 2013).

A criticidade da informação e da inteligência é o quarto elemento da estratégia A2/AD. Na era digital, essa é uma verdade reconhecida por todos, em quaisquer tipos de guerra. Para a implementação, com sucesso, o Estado que adotou a postura defensiva estratégica necessitará de uma consciência situacional¹⁷ do TO para negar informações ao inimigo, bem como para despistá-lo (TANGREDI, 2013). Dessa forma, ao discutirmos esse fator em termos de A2/AD, o foco maior estaria no despistamento operacional e tático¹⁸ (TANGREDI, 2018).

Por fim, como quinto e último elemento, **o impacto determinante de eventos extrínsecos** é, geralmente, o fator menos reconhecido por aqueles que conduzem análises nos níveis operacionais ou táticos da estratégia A2/AD. No entanto, esse seria o mais relevante para o poder estrategicamente inferior atingir a vitória. Isso porque, aparentemente, não estão relacionados com os esforços da campanha militar. Normalmente, referem-se a cenários os quais ainda não se tornaram conflitos ou situações as quais estejam inseridas nas dimensões não-militares, podendo não ser o foco da atenção da potência adversária (TANGREDI, 2013).

Nesses casos, ocorre que o poder estrategicamente superior simplesmente perde a vontade de lutar por diversas razões, dentre as quais pode-se citar o custo-benefício de manter

¹⁷Segundo a Doutrina Militar Naval da Marinha do Brasil (MB), a consciência situacional refere-se à percepção precisa dos fatores e condições do ambiente, em comparação com a situação real, permitindo ao decisor ter conhecimento do seu entorno e, assim, ter condições de melhor atingir os objetivos estabelecidos (BRASIL, 2017).

¹⁸Os despistamentos operacional e tático visam a atingir o ciclo de decisão no nível das operações militares do oponente (TANGREDI, 2018).

a campanha, o recrudescimento de crises em outras regiões ou mesmo uma instabilidade política interna, gerando um impacto profundo nos acontecimentos. Isso permitiria ao Estado o qual adotou a estratégia A2/AD atingir seus objetivos (TANGREDI, 2013).

Analisando os dados apresentados, percebe-se que, para fins de caracterização da estratégia A2/AD em si, os elementos são individualmente relacionados. Todavia, todos eles guardam entre si uma profunda interdependência. A consciência situacional dada pela informação e pela inteligência permitirá explorar melhor o domínio marítimo e a própria geografia, bem como a percepção de inferioridade estratégica propiciará àquele beligerante buscar o emprego dos outros elementos, de forma a torná-los fatores de força durante a campanha militar.

Isso posto, conclui-se que para uma estratégia A2/AD atingir os objetivos estabelecidos pelo poder o qual decidiu empregá-la, deverá enfatizar todos os aspectos, adaptando a importância relativa entre esses elementos e os meios disponíveis, conforme a situação em vigor.

2.4 Os métodos e os meios militares empregados em uma estratégia A2/AD

Caso um Estado decida empregar uma estratégia A2/AD para atingir seus objetivos, poderia implementá-la focando seus recursos em determinados tipos de ações e meios, dificultando assim o acesso, pelo oponente, a um TO, bem como negando às forças oponentes a liberdade de ação adequada na área defendida.

Para tal, como principais ações, o defensor que adota essa estratégia pode: impedir o uso de bases em território aliado ao oponente; negar o acesso geográfico; atacar instalações militares fixas, entre elas bases e centros logísticos, além dos meios de transporte e apoio de

tropas; estabelecer santuários utilizando bloqueadores de GPS¹⁹; destruir ou neutralizar satélites inimigos empregando armas antissatélite (ASAT); adotar uma alta mobilidade e a dispersão; posicionar forças militares em localidades de não combatentes ou próximas a marcos culturais; empregar meios dotados de tecnologia de furtividade (*stealth*); implementar despistamento estratégico, operacional e tático; e efetuar ataques eletrônico e cibernético, respectivamente, contra sistemas C4ISR²⁰ e redes de computadores, especialmente aqueles os quais apoiam o ingresso das forças em um TO (KREPINEVICH *et al.*, 2003).

Um Estado que assuma essa postura estratégica defensiva deverá dispor de meios e armas capazes de permitir a sua implementação. Dentre eles, destacam-se: ASAT cinéticas e não-cinéticas; meios de lançamento de satélites e uma infraestrutura de vigilância espacial; sofisticadas capacidades de guerra cibernética e eletrônica; sistemas C4ISR de longo alcance e robustos; mísseis balísticos e de cruzeiro antinavio (ASBM e ASCM²¹); submarinos convencionais de baixa assinatura acústica, armados com ASCM e torpedos avançados; submarinos nucleares balísticos (SSBN²²); avançadas minas marítimas; sistemas de defesa aérea integrados (IADS²³); e sistemas de combate integrados em rede (TANGREDI, 2013).

Ao analisar os dados apresentados, identifica-se que, dentre os meios e ações relacionados, uma parte expressiva está inserida dentro da estratégia naval, reforçando a preponderância do ambiente marítimo observada por Tangredi em seus elementos fundamentais. Adicionalmente, conclui-se que há a necessidade de investimento em recursos tecnológicos significativos para a implementação, de forma mais eficiente, dessa concepção estratégica. Todavia, isso não significa a impossibilidade de estabelecê-la sem tais meios, apenas representando um maior desafio para um poder combatente o qual não disponha desse

¹⁹Sistema de Posicionamento Global desenvolvidos pelos EUA.

²⁰C4ISR refere-se ao acrônimo usado pelo DoD dos EUA e pela comunidade de defesa que significa Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (SPELLER, 2014).

²¹Neste trabalho serão empregadas as siglas do inglês *Anti-Ship Ballistic Missile* e *Anti-Ship Cruise Missile*.

²²Neste trabalho será empregada a sigla do inglês *Ship Submersible Ballistic missile Nuclear powered*.

²³Neste trabalho será empregada a sigla do inglês *Integrated Air Defense System*.

grau de inovação. Por outro lado, cada vez mais, o acesso a essa tecnologia tem se difundido em Estados menos expressivos, permitindo que mais atores assumam tal postura.

2.5 Conclusões parciais

Em relação aos aspectos observados nas seções anteriores, será sintetizado o conceito moderno da estratégia A2/AD nos seus pontos mais relevantes, os quais constituem uma das bases desta pesquisa. Inicialmente, observou-se que seu desenvolvimento teórico moderno ocorreu no seio dos pensadores estadunidenses e não, necessariamente, representa a concepção estratégica dos demais Estados. Identificou-se, também, a influência da negação do uso do mar na origem da definição da teoria em questão.

O conceito moderno estabelecido por Andrew Krepinevich estaria associado, inevitavelmente, ao Estado de menor poder combatente, dentro de uma visão em nível mais operacional, direcionada aos meios e objetivos militares. Contudo, Tangredi amplia a análise do A2/AD sob uma ótica mais holística, focada no nível estratégico, considerando a sua extensão para as outras expressões do Poder Nacional. O estudo manterá a nomenclatura consagrada, porém adotando uma abordagem mais ampla.

Ainda sobre o A2/AD, ele é caracterizado por cinco elementos, interdependentes entre si. São eles a percepção da superioridade estratégica do outro, a primazia da geografia, a predominância do domínio marítimo, a criticidade da informação e da inteligência e o impacto dos eventos extrínsecos. Com relação aos meios e ações para o seu emprego, uma grande parcela está ligada à estratégia naval, reforçando o destaque desse ambiente operacional.

Concluída essa análise, o pensamento estratégico naval chinês no século XXI será pormenorizado no próximo capítulo, para assim permitir a sua posterior comparação com os fundamentos teóricos.

3 A ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA

Neste capítulo são analisados os principais aspectos que influenciaram a estratégia naval da china e a sua evolução no período de 2005 a 2015, para permitir a posterior confrontação com a teoria do A2/AD.

Essa análise será dividida em seis seções, organizadas para simplificação da leitura: a primeira cobre os fatores geopolíticos, a partir da década de 1980, que motivaram as alterações estratégicas de Pequim; a segunda relaciona os mais importantes autores na construção do pensamento naval contemporâneo chinês; a terceira trata da evolução da estratégia naval chinesa no período de 2005 a 2015, por intermédio do exame dos respectivos Livros Brancos de Defesa bianuais; a quarta identifica os métodos de emprego; a quinta seção aponta a expansão dos meios militares da PLAN no contexto temporal do objeto; e, por fim, a sexta seção sintetiza os tópicos abordados anteriormente.

3.1 Fatores geopolíticos

A partir da iniciativa de abertura e reforma de Deng Xiaoping (1904-1997) na década de 1980, quatro fatores geopolíticos se tornaram mais evidentes e contribuíram para o foco das lideranças políticas chinesas em possíveis ameaças contra suas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) pelos Oceanos Índico e Pacífico (FIG. 2, ANEXO B), bem como os Mares Amarelo, da China Oriental e do Sul da China.

Primeiramente, o notável crescimento da economia chinesa permitiu a ampliação dos interesses políticos e econômicos globais de Pequim. Contudo, também destacou a dependência energética estrangeira para sustentar esse desenvolvimento. Isso tornou ainda mais

importante o comércio exterior, tanto para as exportações de seus produtos como para as importações de *commodities* (COLE, 2016).

Com a ideologia comunista em descrédito, os líderes chineses passaram a apostar sua legitimidade em uma política de apaziguamento da população, buscando elevar o padrão de vida do maior número possível de seus cidadãos por meio desse desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a garantia da livre circulação de bens no mar tornou-se questão crucial para a sobrevivência do próprio Partido Comunista Chinês (PCC). Essas lideranças, por sua vez, recusam-se a continuar confiando a segurança marítima do leste asiático, um interesse vital, a outras potências, em destaque os EUA (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

Adicionalmente, uma relativa estabilidade, em termos de integridade territorial no continente, devido à resolução parcial das disputas fronteiriças com outros Estados contíguos, permitiu que esses esforços pudessem ser redirecionados para o mar (KAPLAN, 2012).

Por fim, a China, ao decidir se projetar para o mar, depara-se com uma geografia que a encurrala, por conta de a saída para os oceanos Pacífico e Índico ser composta por Estados insulares, todos eles com potencial de bloquear o seu acesso às LCM. Do ponto de vista de Pequim, a primeira cadeia de ilhas²⁴ (FIG. 3, ANEXO C) parece uma “muralha às avessas”, estabelecida pelos EUA com a intenção de conter o Poder Marítimo chinês (KAPLAN, 2012). Decorrente desse último fator, em 1985, delineou-se para a PLAN, pela primeira vez, uma estratégia de defesa *offshore*²⁵ (COLE, 2014).

O contexto apontado anteriormente permitiu uma maior influência das lideranças navais para a obtenção de recursos na expansão da esquadra, a qual foi balizada na compra de

²⁴Geralmente descrita começando ao norte do Japão, nas Ilhas Kurile. A partir desse ponto, é estabelecida em direção ao sul, abrangendo o território nipônico, as Ilhas Ryukyu, Taiwan, Filipinas e, por fim, segue para oeste, através do arquipélago indonésio (COLE, 2016).

²⁵O termo *offshore* (do mandarim *jinhai*) é a forma traduzida em publicações oficiais na China. Entretanto, é maior do que a compreensão tradicional da extensão de 200 milhas náuticas do litoral, sendo “mares próximos” uma interpretação mais literal. O escopo a ser defendido seria a região no interior da primeira cadeia de ilhas, bem como a área marítima adjacente ao limite externo desse conjunto, mas não abrangeria o Pacífico Sul e o Oceano Índico (LI, 2011). Para este estudo, os termos *offshore* e “mares próximos” serão usados com o mesmo sentido.

meios no exterior, na engenharia reversa e na construção nacional (COLE, 2014).

Considerando as evidências observadas, por conta dos fatores geopolíticos, sejam eles de natureza econômica, geográfica, política ou militar, depreende-se que houve uma intensificação dos esforços para a China se tornar uma potência marítima no século XXI. O mar, antes visto apenas como uma direção potencial de invasão para agressores estrangeiros, transformou-se em um meio vital para alcançar suas metas nacionais e para a sobrevivência do Estado e do próprio PCC. Esse protagonismo do Poder Marítimo permitiu impulsionar, ainda mais, o desenvolvimento do pensamento estratégico naval chinês.

Durante esse novo despertar para sua vocação marítima, os estrategistas chineses recorreram a vários pensadores, do presente e do passado, ocidentais e mesmo nacionais, para adequar a estratégia naval à nova realidade. Na próxima seção serão abordados os pensadores que influenciaram a PLAN nesse processo.

3.2 O desenvolvimento do pensamento naval contemporâneo chinês

Como resultado da expansão da PLAN, inicia-se um intenso período de evolução da estratégia naval de Pequim. Para explicar esse processo, faz-se necessário um breve exame dos principais pensadores analisados pelos estrategistas navais chineses. Para este estudo, serão apontados apenas os aspectos que diretamente influenciaram o debate na China, não sendo objeto, por estar fora do contexto, um aprofundamento detalhado das teorias de cada ator.

A cultura estratégica da China, de uma forma geral, é influenciada por Confúcio (551-479 a.C.), Sun Tzu (544-496 a.C.) e por Mao Tse-Tung (1893-1976), com uma perspectiva predominantemente continental. Disso surge a necessidade de a estratégia naval chinesa recorrer a autores estrangeiros (COLE, 2016).

Segundo Toshi Yoshihara e James R. Holmes (2010), o principal destaque da

influência ocidental, a partir da década de 1980, seria a teoria de Poder Marítimo de Alfred Thayer Mahan (1840-1914). Adicionalmente, Bernard Cole (2016) cita também a influência do Almirante da ex-URSS Sergei Gorshkov (1910-1988) no pensamento do Almirante Liu Huaqing (1916-2011), este considerado o pai fundador da Marinha chinesa contemporânea. Essas fontes exógenas e endógenas serão analisadas a seguir.

3.2.1 A influência de Alfred Thayer Mahan

Mahan despertou um intenso debate nos círculos acadêmicos e políticos chineses após a iniciativa de abertura e reforma de Deng Xiaoping (YOSHIHARA; HOLMES, 2010). A sua influência na China representa, por si só, uma mudança de postura em relação aos assuntos navais. Entretanto, a interpretação dos seus escritos não é uniforme entre os pensadores chineses. Para explicar essa distinção, é necessário apontar que as obras de Mahan podem ser vistas em dois níveis distintos (YOSHIHARA; HOLMES, 2010). Essa ótica já aparece na própria relação entre guerra e política de Carl von Clausewitz (1780-1831), na qual

A guerra é simplesmente uma continuação da política, com a adição de outros meios (...). As relações políticas entre os povos e entre seus governos param quando as relações diplomáticas são interrompidas? A guerra não é apenas mais uma expressão de seus pensamentos, outra forma de fala ou escrita? Sua gramática, de fato, pode ser sua própria, mas não sua lógica (Clausewitz, 1984, p. 605, tradução nossa)²⁶.

Usando os termos *clausewitianos*, a guerra possui uma “lógica”, mais relacionada aos fins e a uma Grande Estratégia, e uma “gramática”, mais voltada aos métodos, aos meios e aos aspectos operacionais e táticos, resultando em dois níveis de percepção.

Aplicando esse conceito, pode-se identificar que Mahan também observa o Poder

²⁶Original em inglês “*That war is simply a continuation of political intercourse, with the addition of other means (...). Do political relations between peoples and between their governments stop when diplomatic notes are no longer exchanged? Is war not just another expression of their thoughts, another form of speech or writing? Its grammar, indeed, may be its own, but not its logic*” (Clausewitz, 1984, p. 605).

Marítimo pelas duas óticas. No nível mais elevado, estabelece um conceito tripartite, no qual os aspectos comerciais, políticos e militares são elementos essenciais para uma potência marítima. Nota-se, nessa abordagem, um foco preponderante na geração de riquezas por intermédio do comércio marítimo, sendo os outros dois componentes direcionados para protegê-lo, denotando assim uma “lógica” mais econômica que belicosa da sua teoria (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

No segundo plano, a sua “gramática” é retratada também em três “pilares”: a produção interna; a Marinha Mercante e de Guerra; e os mercados exteriores e bases navais ultramarinas. Sendo assim, os dois últimos estão diretamente relacionados com o Poder Naval. O enfoque na batalha decisiva e na concentração está inserido nesse contexto. Se a lógica do Poder Marítimo de Mahan busca o acesso por razões comerciais, a sua gramática visa a garantir o acesso por intermédio do emprego de forças navais (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

Dessa forma, o desenvolvimento estratégico naval chinês se voltou para a lógica *mahaniana* do Poder Marítimo. O apelo ao comércio marítimo condiz com a China do século XXI, um Estado obcecado com o crescimento econômico e cada vez mais dependente de importação de *commodities*. Em consequência, Pequim investe para a PLAN ser capaz de exercer o comando do mar²⁷ nas áreas de interesse nacional (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

Dado as evidências observadas, nota-se que o destaque de Mahan à primazia do comércio exterior e à preservação das LCM incentivou os chineses a aplicar a lógica desse autor no desenvolvimento do seu pensamento estratégico naval, em razão de a teoria *mahaniana* ter profunda relação com as necessidades de um Estado em crescimento econômico, dependência energética e aquisição de insumos oriundos do estrangeiro. Entretanto, isso não significaria a plena obediência de tais estrategistas aos ensinamentos do Evangelista do Poder Naval, nem mesmo que a sua gramática seja empregada, de forma integral, pelos meios militares.

²⁷O termo “comando do mar” será empregado com o sentido de liberdade de usar os mares e negá-los ao inimigo, ou o controle das LCM, pois essa interpretação retrata a visão dos principais autores (SPELLER, 2014).

3.2.2 A influência do Almirante Sergei Gorshkov

Considerado o pai da esquadra soviética de águas azuis²⁸, Sergei Gorshkov foi influente na China. Isso ocorreu porque o desenvolvimento da estratégia marítima da ex-URSS possui algumas semelhanças ao que está acontecendo com a PLAN. No momento de sua criação, a Marinha foi subserviente ao Exército Vermelho de 1917 até 1953, algo similar ao sucedido com os chineses até aproximadamente meados da década de 1990 (COLE, 2016).

A crises dos mísseis em Cuba (1962) expôs as fragilidades de uma Marinha eminentemente de negação do uso do mar, com uma orientação para defesa costeira. A partir desse evento histórico, o Almirante Gorshkov empreendeu um esforço para renovar a estratégia naval soviética e construir uma esquadra que, embora ainda centrada em submarinos, fosse capaz de executar também missões estratégicas de ataque, projeção de poder e presença global (HUCKABEY, 2014).

Em seu livro *O Poder Naval do Estado*, Gorshkov proclamou que a ex-URSS era, ao mesmo tempo, um poder terrestre e marítimo. A guerra naval era importante, todavia, o principal objetivo de Moscou seria aumentar a liberdade de ação, decorrente da neutralização dos esforços ocidentais em empregar a coerção, e não, necessariamente, conquistar o controle do mar dominado pelos EUA. Nessa ótica, Gorshkov manteve o emprego do conceito de *Blue Belt Defense*²⁹, erguendo uma barreira defensiva contra o avanço da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Entretanto, a largura dessa área não foi claramente definida, sendo tão ampla quanto as capacidades navais soviéticas, o que reforçou sua busca por um rápido acúmulo, quantitativo e qualitativo, de meios (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

²⁸Refere-se ao termo *Blue Water*, o qual engloba às águas oceânicas afastadas de costa, normalmente relacionado, mas não de forma exclusiva, ao conceito de Alto Mar definido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) (SPELLER, 2014).

²⁹O *Blue Belt Defense* é um conceito que moldou o pensamento soviético sobre questões marítimas, definido como uma zona *offshore* geograficamente delimitada dentro da faixa de operação da aviação baseada em terra e meios navais. Trata-se da aplicação de conceitos de guerra terrestre no mar (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

Analisando os dados apresentados, identifica-se que o desenvolvimento da estratégia marítima soviética possui algumas semelhanças ao ocorrido com a PLAN a partir da década de 1990. São duas potências tradicionalmente terrestres, estendendo seus interesses ao mar, contudo, por razões distintas. Ao desenvolver uma Marinha de capacidade global, a ex-URSS pretendia impedir o poder de coerção e o avanço militar da OTAN. Já na China, as suas razões estão, como já visto, mais atreladas à dependência do comércio exterior e à segurança energética.

Por fim, nota-se que o conceito do *Blue Belt Defense*, já presente no pensamento estratégico antes mesmo de Gorshkov, pode ser enquadrado como uma das citadas raízes navais da estratégia A2/AD. Em outras palavras, a influência desse Almirante nos estrategistas chineses denota uma absorção de tal abordagem por Pequim.

Após apontar os principais influenciadores externos, serão examinados os pensadores tradicionais chineses que também contribuíram nesse processo evolutivo da PLAN.

3.2.3 A influência de Mao Tse-Tung

Mao Tse-Tung era adepto de grande parte da orientação presente nos ensinamentos de Sun Tzu. Entretanto, diferente deste, o líder comunista era favorável à guerra prolongada³⁰. Isso não significa o seu apoio a uma postura passiva. Em vez disso, pregava o emprego da defesa ativa, a qual se referia à preparação das condições para uma contraofensiva estratégica, que culminaria em um engajamento decisivo. Assim sendo, recorrer a uma estratégia defensiva não se limitaria a uma postura militar puramente inativa. Essas medidas seriam transitórias, ditadas enquanto houvesse um equilíbrio desfavorável de forças. Com isso, o conceito de defesa

³⁰ A estratégia da guerra prolongada é composta de três fases: defesa estratégica, equilíbrio de forças e ofensiva estratégica (COUTAU-BÉGARIE, 2010). Neste trabalho, ela não será detalhada, por estar fora do foco do objeto.

ativa da teoria *maoísta* influenciou tanto a lógica do Estado chinês e da Grande Estratégia quanto a sua gramática operacional e tática (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

No contexto contemporâneo, muitos chineses veem a contenção dos EUA no leste asiático como uma versão naval da antiga estratégia nacionalista de Chiang Kai-shek (1887-1975) de envolvimento e supressão. Na verdade, as evidências sugerem que os estrategistas chineses transpõem os princípios da defesa ativa de Mao Tse-Tung do ambiente terrestre para o marítimo. Nessa ótica, a PLAN esperaria de forma não passiva até atingir uma posição de força relativa em relação aos potenciais antagonistas. Por conseguinte, enquanto Mahan, aparentemente, forneceria a lógica geopolítica para uma postura naval chinesa ofensiva, o conceito de defesa ativa de Mao ajudaria Pequim a adaptar a gramática bélica do Poder Naval às circunstâncias locais. Isso representaria uma síntese de teorias estratégicas de fontes estrangeiras e internas (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

Tendo em vista os aspectos observados, nota-se que a estratégia naval chinesa se mantém fiel à sua cultura estratégica tradicional, mesmo com a grande influência ocidental no período contemporâneo. Dado o histórico da China, as evidências apontam para um pensamento naval influenciado pela estratégia terrestre, possibilitando, por si só, uma visão mais territorial do controle do mar, em oposição às potências tradicionalmente marítimas. Por fim, cabe ressaltar que o conceito de defesa ativa possui similaridades com o conceito de *Blue Belt Defense*, podendo indicar, assim, a presença de pontos de aderência com a teoria do A2/AD.

3.2.4 A influência do Almirante Liu Huaqing

Oficial de grande influência na China, o Almirante Liu Huaqing desempenhou um papel semelhante ao qual Gorshkov exerceu na ex-URSS. É conhecido por promulgar uma

estratégia marítima de três estágios³¹, base para a justificativa da necessidade de uma Marinha maior e mais moderna. Sua conquista, no período, foi o apoio civil para o aumento dos recursos destinados a PLAN no século XXI. Ele buscou alterar o foco estratégico histórico da China voltado para o continente, trazendo à tona a importância da dependência do ambiente marítimo para recuperar sua posição como uma potência econômica e política (COLE, 2016).

Em seu livro de memórias, o Almirante Liu Huaqing forneceu a base intelectual para a estratégia naval. Tinha uma visão sinocêntrica da defesa *offshore*, na qual suas principais áreas marítimas eram historicamente integrais à periferia chinesa. Com isso, ela deveria ser tratada como um subcomponente da defesa nacional, denotando uma atitude territorial em relação aos seus litorais. Esse contexto auxilia na compreensão, em parte, das reivindicações de soberania de Pequim sobre os mares da China (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

Outrossim, também tinha a visão que as operações navais executadas de acordo com a defesa *offshore* não estavam restritas apenas às áreas marítimas envoltas pela primeira cadeia de ilhas. Até onde iria esse limite, não foi formalmente declarado, talvez deliberadamente, para permitir às gerações futuras de comandantes da PLAN a interpretação de tais fronteiras em consonância com as necessidades e capacidades da China no momento (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

Analisando os dados apresentados, em que pese o Almirante Liu Huaqing tenha buscado redirecionar o foco estratégico chinês para o mar, manteve uma visão, de certa forma, tradicional, influenciada por suas raízes conceituais eminentemente terrestres, como a noção de avanço em círculos concêntricos da estratégia marítima de três estágios. Dentro desse raciocínio, a sua visão de futuro de uma força naval para emprego global demonstra a influência de Mahan e de Gorshkov em seu pensamento estratégico.

³¹ Estratégia segundo a qual a PLAN cresceria em círculos concêntricos. Em 2000, seria capaz de exercer o controle do mar para a primeira cadeia de ilhas. Em 2020, o controle do mar seria aplicado à segunda cadeia de ilhas. Até 2050, a PLAN funcionaria globalmente, com grupos de batalha nucleados em Navios-Aeródromo (NAe) (COLE, 2016).

Pelas ideias apresentadas, nota-se que a necessidade de desenvolver uma estratégia naval, advinda do rápido crescimento econômico, impulsionou os estrategistas chineses a incorporar novos conceitos e a buscar outras referências em Marinhas de grande envergadura, pelo fato de a China ter sido uma potência terrestre no século XX. Entretanto, não há um rompimento completo com sua cultura milenar e suas tradições estratégicas, sendo os pensadores estrangeiros, nesse caso, um complemento. Adicionalmente, a sua gênese na estratégia terrestre tem impacto profundo na forma como foram aplicados os conceitos absorvidos. Assim, a complexidade do pensamento estratégico de Pequim destaca que uma análise sob a ótica de um único pensador pode remeter a conclusões imprecisas.

Dado o exposto, tem-se um arcabouço necessário para a melhor compreensão da estratégia naval da China no período de 2005 a 2015, seus fins, métodos e meios. Iniciaremos essa análise apontando os principais aspectos relacionados a PLAN constantes nos Livros Brancos de Defesa.

3.3 Os fins da estratégia naval da China – os Livros Brancos de Defesa

Os Livros Brancos de Defesa da China, promulgados em periodicidade bianual desde 1998, são indicadores importantes da evolução do pensamento de Pequim em relação à estratégia marítima, dado que não existia um documento formal específico sobre o tema no período de estudo (COLE, 2016). Além disso, apontam, de forma ampla, como a PLAN lida com os desafios geoestratégicos enfrentados pelos chineses (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

A versão de 2004 foi inovadora em assuntos marítimos, pois atribuiu uma maior prioridade ao fortalecimento da Marinha, uma vez que um dos seus objetivos era fortalecer as capacidades para a conquista do “comando dos mares” (YOSHIHARA; HOLMES, 2010). Destacou, ainda, a expansão do espaço e da profundidade da defesa *offshore* pela PLAN, bem

como o aprimoramento das capacidades integradas de combate e de contra-ataque nuclear. Para alcançá-la, o documento orientava a PLAN a adquirir navios de guerra, em especial, meios anfíbios, aeronaves, armamentos de precisão e tecnologia da informação adequados para uma maior presença nos arredores da China (RPC, 2004).

Em 2006, a edição do Livro Branco de Defesa não usa, expressamente, o termo “comando dos mares”, mas permanece a mentalidade de extensão gradual da profundidade estratégica para operações defensivas *offshore* (RPC, 2006).

O Livro Branco de Defesa de 2008 repete o mandato de seus antecessores para operações *offshore*, porém destaca a dissuasão estratégica e o desenvolvimento gradual das suas capacidades para a cooperação internacional em mares distantes³² e o combate das ameaças de segurança não tradicionais, como pirataria e assistência humanitária (RPC, 2009). A versão de 2010, publicada em janeiro de 2011, mantém essa linha de pensamento (RPC, 2011).

Em 2013, a mudança mais significativa foi a inclusão de uma subseção exclusiva sobre a salvaguarda dos direitos e interesses marítimos de Pequim. Nela foi enfatizada a necessidade de a China se voltar tanto para o mar quanto para a terra, sendo essencial um projeto de desenvolvimento nacional que a transformasse em uma potência marítima (RPC, 2013).

Por fim, o Livro Branco de Defesa de 2014, promulgado em 2015, foi o primeiro a apontar diretamente uma estratégia militar chinesa, bem como destaca as questões marítimas de forma detalhada. O mais significativo, em termos da sua componente naval, é a nova orientação para a PLAN mudar seu foco da defesa *offshore* para a combinação dessa com a proteção de mares abertos³³ (RPC, 2015b). Isso indica uma direção para a transformação de uma força regional em global (COLE, 2016). Ademais, cita também que a Marinha deverá

³²Em termos de escopo operacional da PLAN, o conceito de “mares distantes” remete às áreas marítimas adjacentes às bordas interna e externa da segunda cadeia de ilhas, bem como ao espaço além dela, cobrindo, assim, uma vasta área que se estende a partir do noroeste Pacífico para o Oceano Índico Oriental (LI, 2011).

³³Alguns analistas interpretam “mares abertos” com o mesmo sentido de “mares distantes”, outros com o sentido de “águas azuis” empregado pela Marinha dos EUA (COLE, 2016). Para este estudo essa expressão será empregada como “águas azuis”.

buscar incrementar suas capacidades de dissuasão estratégica e contra-ataque, de manobras marítimas, de operações conjuntas no mar, de defesa e de apoio amplo (RPC, 2015b).

Analisando os dados apresentados, observa-se que os Livros Brancos de Defesa retratam uma postura naval em evolução, cada vez mais externa, desde a ampliação da interpretação do alcance da defesa *offshore*, num primeiro momento, até a passagem gradual para uma Marinha de águas azuis, iniciando com atividades de emprego limitado da força e benignas, para, enfim, estabelecer o conceito de proteção de mares abertos mais amplo.

Essa migração gradual do foco da PLAN reflete, em primeiro lugar, a cautela dos estrategistas chineses em acumular um Poder Naval minimamente com credibilidade para tais missões, o que, por si só, demonstra uma visão de longo prazo das lideranças em tornar a Marinha uma força capaz de operar além da segunda cadeia de ilhas.

Adicionalmente, como citado anteriormente, o próprio desenvolvimento econômico fez da China um Estado cada vez mais dependente do seu Poder Marítimo, o qual demanda uma maior necessidade de proteção. Essa dinâmica de busca por segurança acarreta, em consequência, o incremento do investimento no seu Poder Naval.

Por fim, a progressiva expansão da estratégia de Pequim pode indicar que a defesa *offshore*, em si, seria um estágio intermediário para permitir a operação em mares abertos da PLAN. Corrobora com essa ótica a própria postura de Liu Huaqing em não atrelar essa concepção estratégica a distâncias arbitrárias, dando maleabilidade suficiente para os Livros Brancos deslocarem o conceito, paulatinamente, para longe da costa chinesa.

3.4 Os métodos da estratégia naval da China

Após apontar a evolução do pensamento estratégico chinês nos respectivos Livros Brancos de Defesa, será iniciada a análise das possíveis formas de a China empregar a sua

estratégia naval, ou seja, os métodos propriamente ditos.

Primeiramente, em relação à defesa *offshore* (FIG. 4, ANEXO D), a qual foi a concepção estratégica presente em todo o contexto temporal analisado, deduz-se que a negação do uso do mar seria a forma de emprego da PLAN no seu entorno geográfico, até desenvolver uma esquadra capaz de se sobrepôr aos adversários em águas asiáticas. Pequim tentaria primeiro garantir o acesso à sua periferia marítima imediata em anéis geográficos concêntricos. Com a China confiante sobre sua liberdade de ação nessa área, expandiria sua operação para além dela, em direção aos mares distantes (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

À medida que o Exército de Libertação Popular (PLA³⁴) amplie o alcance da defesa de costa e continue expandindo sua esquadra oceânica, a China deslocaria o ponto culminante³⁵ de uma possível força atacante para fora do seu litoral, melhorando suas perspectivas de negar o acesso militar aos oponentes e, caso opte, até mesmo disputar o controle do mar em si (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

Por outra perspectiva, considerando ainda a ampliação de tais alcances, a defesa costeira poderia ser reposicionada mais para o interior, aproveitando a profundidade estratégica do território chinês, obrigando à força atacante uma maior aproximação, aceitando assim a batalha nos termos políticos, geográficos e militares da China. Sendo assim, o PLA usufruiria das vantagens ao operar em seu próprio território, incluindo recursos próximos, linhas curtas de comunicação e familiaridade com o ambiente tático. Outrossim, defender a partir do interior forçaria um oponente a atacar o continente, aumentando os riscos de danos colaterais ou de uma possível escalada da crise de um conflito naval limitado para uma guerra total, colocando, talvez, a comunidade internacional a favor de Pequim (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

³⁴Pelo uso mais comum, usaremos neste trabalho a sigla do inglês *People's Liberation Army*.

³⁵Refere-se a um conceito de Clausewitz, sendo definido como o ponto, a partir do qual, torna-se contraproducente uma força prosseguir com o ataque. Isso porque, dado o nível de enfraquecimento próprio e o respectivo fortalecimento do defensor, o atacante estaria exposto a uma contraofensiva, de tal proporção, que comprometeria tanto suas conquistas quanto seus meios em si (BRASIL, 2007).

Dado o exposto, percebe-se que a própria geografia do território chinês permitiria uma série de vantagens para empregar a negação do uso do mar. A continentalidade, a qual induziu a China, por anos, a buscar ser uma potência terrestre, dada a percepção de ameaças nessas fronteiras, proporciona também benefícios no seu emprego em relação ao Poder Naval.

Decorrente também da defesa *offshore*, outras possibilidades da estratégia operacional chinesa, em caso de conflito, seriam o ataque disperso em linhas externas, a paralisia estratégica, a diversificação dos meios de combate e o emprego de recursos de não ortodoxos e não militares (YOSHIHARA; HOLMES, 2010), identificados nos exemplos a seguir.

A aproximação da força atacante, decorrente dos aspectos citados anteriormente, possibilitaria a PLAN assumir posições externas, numa manobra de envolvimento. Isso tornaria viáveis inúmeras ações ao longo de diversos eixos no TO, criando uma ameaça de 360 graus ao oponente, em todos os domínios operacionais³⁶ (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

Ações ofensivas contra meios de vigilância e acompanhamento, grupamentos de apoio logístico móvel ou mesmo uma força-tarefa anfíbia contribuiriam para uma paralisia estratégica, a despeito do senso comum de que os alvos prováveis seriam os Navios-Aeródromo (NAe). Adicionalmente, o ataque de saturação poderia envolver o uso coordenado de mísseis, bombardeio aéreo, minas, torpedos, guerra eletrônica e milícias, ideais para uma zona contestada (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

Contudo, os mísseis antinavio não, necessariamente, seriam o elemento primário da defesa ativa, podendo ser incorporados recursos não ortodoxos no seu plano defensivo, de acordo com os preceitos de guerra *maoísta*, a qual é fluida. Por exemplo, um ataque com tal armamento obrigaria os estrategistas a focar na defesa antiaérea (AA), enquanto os submarinos empregariam torpedos contra os meios de superfície (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

³⁶Para este trabalho, os domínios operacionais são o terrestre, o marítimo (superfície e submarino), o aéreo, o eletromagnético, o espacial, o cibernético e o da informação (SPELLER, 2014).

Por fim, Pequim poderia empregar outras dimensões do Poder Nacional em seu esforço na defesa ativa. Nesse caso, cita-se a utilização da diplomacia para enfatizar as consequências econômicas do conflito, bem como a busca por enfraquecer aliados do oponente, desencorajando a cessão de uso de bases em seu território (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

Sendo assim, identifica-se que a defesa *offshore*, além da sua componente marítima, está inserida dentro de uma filosofia *maoísta* e faz parte de uma Grande Estratégia, com diversas dependências com outras expressões do Poder Nacional para a sua plena execução.

Pelos fatos mencionados, e trazendo para o caso concreto, os EUA, ao mesmo tempo a principal ameaça geopolítica e um importante parceiro comercial, dificilmente aceitariam os riscos da escalada da crise na região. A simples ameaça de neutralização ou destruição de um NAe, com sua componente mais psicológica do que operacional, por si já provocaria sua hesitação em um eventual conflito naval limitado. Isso ocorre porque Pequim poderia também transformar essas pequenas vitórias, nos níveis operacional e tático, em uma diminuição crescente da credibilidade estadunidense perante os outros Estados asiáticos. Tais repercussões superariam os objetivos estratégicos de Washington, pois permitiriam a China dismantelar o sistema de alianças o qual permite aos EUA operar em linhas externas estratégicas longe da sua costa oeste (YOSHIHARA; HOLMES, 2010).

Por tudo isso, percebe-se que a postura chinesa em fundir a ofensiva com a defensiva está eminentemente de acordo com suas tradições estratégicas, nas quais “conquistar cem vitórias em cem batalhas não é o ápice da habilidade. Subjugar o inimigo sem lutar é o ápice da habilidade”³⁷ (SUNZI, 1963, p. 77, tradução nossa).

Analisando, nesse momento, a proteção de mares abertos, destaca-se que os estrategistas chineses ainda estariam preocupados com cenários específicos, bem como a maior prioridade residiria na salvaguarda da segurança marítima e da soberania das suas águas

³⁷Tradução do inglês: “For to win one hundred victories in one hundred battles is not the acme of skill. To subdue the enemy without fighting is the acme of skill” (SUNZI, 1963, p. 77).

territoriais, incluindo a situação de Taiwan e dos Mares Oriental e do Sul da China. Entretanto, ao longo do período, nota-se, também, o reposicionamento do foco para o desenvolvimento de uma capacidade nacional para garantir, tanto internamente quanto internacionalmente, os interesses econômicos globais da China (COLE, 2016).

Nesse contexto, o adestramento da PLAN estaria sendo redirecionado para missões navais clássicas, particularmente, a proteção do tráfego marítimo, a dissuasão e a preparação para uma operação conjunta em defesa de interesses vitais de segurança nacional, incluindo a projeção de poder. Adicionalmente, haveria a participação em atividades de emprego limitado da força e benignas, tais como ações de combate à pirataria, evacuação de não combatente e diplomacia naval (COLE, 2016).

Em vista dos argumentos apresentados, percebe-se que Pequim passou a adotar, também, alguns conceitos de controle de área marítima e projeção de poder, decorrentes do grande desenvolvimento de suas forças navais, infraestruturas marítimas e comerciais. Essas tarefas incorporadas visam a permitir, em essência, uma maior liberdade de ação na proteção das LCM, mesmo com a consequente contribuição para a dissuasão e, indiretamente, para a negação do uso do mar.

Dado o exposto, constata-se que a evolução das tarefas e métodos ocorreu pela expansão das capacidades dos meios disponíveis no período, o último elemento da estratégia naval chinesa, o qual será analisado na próxima seção.

3.5 Os meios da estratégia naval da China

Embora, no período, a ordem de batalha dos meios da PLAN tenha permanecido relativamente constante em 300 navios (TAB. 1, ANEXO E), a partir de 2010, ocorreu a substituição de meios obsoletos por escoltas maiores e multipropósito. Esses passaram a ser

equipados com armas e sensores desenvolvidos na própria China, em todos os ambientes de guerra, sobrevivendo o ganho mais significativo na defesa AA. Isso permitiu que tais meios operassem fora dos limites dos sistemas IADS de costa. Embora a guerra antissubmarino (AS) fosse uma lacuna relativa de capacidade, as classes recém-construídas eram equipadas com os novos sistemas de sonar, incluindo os do tipo *towed array* e de profundidade variável (VDS³⁸), bem como dotadas com hangar para helicópteros embarcados (EUA, 2015b).

Com o uso de tecnologia importada, engenharia reversa e desenvolvimento nacional, a China reduziu a sua lacuna tecnológica, tornando a aquisição mais interna e eficiente. A série de Fragatas da classe JIANGKAI (Tipo 054A) e de Contratorpedeiros LUYANG (Tipo 052B/C/D) são resultado dessa transformação, comparáveis, em muitos aspectos, aos modernos navios de guerra ocidentais (EUA, 2015b).

A China construiu quatro Navios de Desembarque Doca (LPD³⁹) classe YUZHAO (Tipo 071), os quais sinalizavam o desenvolvimento na PLAN de uma capacidade de guerra expedicionária e de realizar operações anfíbias, bem como os recursos para atividades de assistência humanitária e combate à pirataria. Adicionalmente, havia, à época, a intenção de construção de um navio de assalto anfíbio com convés de voo completo para helicópteros. Por fim, foram construídos também cinco Navios-Tanque da classe FUCHI, incrementando a capacidade de apoio logístico móvel para operações no Pacífico e Índico (EUA, 2015b).

O NAe LIAONING⁴⁰ tornou-se operacional em 2012 e era mais adequado para missões de defesa aérea, as quais poderiam estender o raio de proteção de uma força quando operando em águas azuis. Seu maior valor foi como um investimento de longo prazo, na qualificação do emprego da ala aérea embarcada. Adicionalmente, em 2015, existiam informações sobre a possível construção nacional desse tipo de meio⁴¹ (COLE, 2016).

³⁸ Abreviação do inglês *Variable Depth Sonar*.

³⁹ Abreviação do inglês *Landing Platform/Dock*.

⁴⁰ Antigo NAe VARYAG, da classe KUZNETSOV. Adquirido em 2002, pertenceu a ex-URSS (COLE, 2016).

⁴¹ Em 2019 a PLAN incorporou o NAe SHANDONG, primeiro de construção nacional (WESTCOTT, 2019).

Sendo assim, identifica-se a existência de um projeto de longo prazo para a modernização dos navios de superfície e para o desenvolvimento tecnológico sem dependência externa, buscando aumentar seu raio de ação, sua capacidade de defesa aeroespacial, de projeção de poder e de apoio logístico móvel, para permitir seu emprego em mares distantes, em que pese esses meios possam contribuir também para a defesa *offshore*.

Esse incremento de força capaz de operar em águas azuis ocorreu em paralelo com o comissionamento do ASCM nacional e do ASBM modelo DF-21D da Segunda Força de Artilharia do PLA, o desenvolvimento de ASAT e de mísseis balísticos de alcance intermediário (IRBM⁴²) e a ampliação das capacidades de C4ISR em sua área marítima (EUA, 2015b).

Além disso, a China possuía uma expressiva Força de Submarinos convencionais, totalizando a construção de 52 unidades em 20 anos. A maioria deles empregava ASCM, sendo os mais modernos dotados de propulsão independente de ar (EUA, 2015b).

Os Submarinos Nucleares de Ataque da classe SHANG estavam operacionais há uma década, mas a interrupção da construção de novos provavelmente indicava problemas de design/operacional (COLE, 2016). Enquanto isso, a Força de SSBN passou a dispor, no final de 2015, da capacidade de atingir alvos continentais, com a entrada em serviço dos mísseis balísticos intercontinentais (ICBM⁴³) JL-2, com alcance aproximado de 4.000 milhas náuticas, sendo empregados nos quatro SSBN da classe JIN, formando a primeira base de dissuasão nuclear marítima da China (MDP, 2016).

Dado o exposto, identifica-se que o investimento em uma importante Força de Submarinos visava a atingir uma capacidade elevada da PLAN na tarefa de negação do uso do mar, estando em conformidade com a estratégia de defesa *offshore*. Assim sendo, nota-se uma similaridade com a prioridade estabelecida pela Marinha da ex-URSS.

O papel da aviação naval da PLAN evoluiu nesse período, permitindo ser

⁴² Abreviação do inglês *Intermediate-Range Ballistic Missile*.

⁴³ Abreviação do inglês *Intercontinental Ballistic Missile*.

empregada em uma gama expandida de missões, entre elas ataque, patrulha marítima, alerta aéreo antecipado e apoio logístico. Necessitava, à época, de um desenvolvimento maior. Para defesa *offshore*, existia uma compensação pelos meios da Força Aérea do PLA (COLE, 2016).

Até 2015, a PLAN operava os veículos aéreos não tripulados (VANT) de asa rotativa austríacos *Camcopter* S-100 em unidades de superfície. Após avaliação e emprego operacional, esperava-se que a China desenvolvesse sua própria tecnologia, bem como um VANT de asa fixa, em complemento às aeronaves de reconhecimento tripuladas (EUA, 2015b).

Dessa forma, a diversificação e incremento das missões da aviação naval, principalmente as ações embarcadas, contribuíram para uma maior confiança na possibilidade de a PLAN estender os seus limites operacionais, em consonância com a estratégia militar chinesa. Sem o desenvolvimento dessa capacidade, a China não teria condições de buscar a proteção de mares abertos, como consta no Livro Branco de Defesa de 2014. Isso não significa que os meios aeronavais não apoiem tarefas de negação do uso do mar.

Em que pese o foco fosse a defesa *offshore*, a China manteve uma moderna capacidade de defesa costeira com o Navio-Patrulha Rápido (NaPaRa) da classe HOUBEI (Tipo 022), com o objetivo de reagir a ameaças específicas na Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Em 2012, a China começou a produzir as novas Corvetas da classe JIANGDAO (Tipo 056), permitindo patrulhas mais afastadas de costa, missões de combate à pirataria e tarefas litorâneas em águas regionais, nas quais os NaPaRa não tinham capacidade de atuação (EUA, 2015b).

A China adquiriu, no período, uma capacidade de minagem robusta e mantinha um inventário variado, estimado em mais de 50.000 minas navais, bem como estabeleceu uma infraestrutura de pesquisa, desenvolvimento, avaliação e produção (EUA, 2015b).

Em complemento a PLAN, havia um esforço contínuo para fortalecer e regularizar a guarda costeira chinesa, bem como consolidar uma milícia marítima desde os tempos de paz, sendo essa considerada uma forma moderna de "guerrilha" no mar (COLE, 2016).

Assim, identifica-se que a projeção para operar em águas azuis não significou uma menor atenção da PLAN no desenvolvimento de meios para serem empregados em defesa *offshore* e costeira. Isso reforça a prioridade atribuída pelas lideranças chinesas em preservar os seus interesses na região marítima dentro da primeira cadeia de ilhas, bem como em negar acesso a potenciais ameaças e forças hostis no seu litoral.

3.6 Conclusões parciais

Analisando os dados apresentados, percebe-se que os esforços chineses em transformar seu Estado em uma potência marítima e terrestre têm impacto direto na orientação estratégica da PLAN. Fatores geopolíticos forçaram tal iniciativa, com destaque: as questões domésticas do PCC; a estabilidade relativa das fronteiras no continente; o desenvolvimento econômico e a dependência energética; e o movimento de contenção dos EUA no leste asiático.

Dada a necessidade de um novo pensamento estratégico naval o qual atendesse aos anseios políticos, os estrategistas chineses recorreram a pensadores estrangeiros, como Mahan e Gorshkov, mas sem relegar suas tradições estratégicas, ainda que terrestres, de Sun Tzu e Mao Tse-Tung. A Teoria do Poder Marítimo de Mahan serviu para dar a lógica, dado o contexto de dependência energética e econômica das LCM pela China. Entretanto, a gramática do emprego dos meios militares continua sendo influenciada, primariamente, pelo conceito *maoísta* de defesa ativa, permeando o desenvolvimento da defesa *offshore* da estratégia naval.

Gorshkov tornou-se uma referência em termos de desenvolvimento da PLAN, dado as similaridades da sua situação inicial em relação a Marinha da ex-URSS, mesmo que as razões para o impulso de crescimento tenham sido distintas. O próprio modelo de expansão em anéis concêntricos vem dessa influência. Nesse contexto, as raízes navais da estratégia A2/AD oriundas da ex-URSS também foram absorvidas pela China. Por fim, o pensamento do

Almirante Liu Huaqing é fruto desse processo de síntese das fontes exógenas e endógenas e ditou a estratégia naval chinesa no século XXI, com uma visão territorial do espaço marítimo.

Tratando propriamente da estratégia naval no período de 2005 a 2015, os fins são encontrados nos Livros Brancos de Defesa da China. Em síntese, demonstram uma estratégia em expansão, desde a mudança de interpretação do alcance geográfico da defesa *offshore* para, em 2015, atribuir um foco adicional, mas sem menosprezar o anterior, na proteção de mares abertos. Essa é a formalização da transição para uma Marinha global, refletindo as necessidades geopolíticas já mencionadas e a cautela dos estrategistas em inspirar credibilidade com tarefas exequíveis dentro das capacidades adquiridas ao longo do século XXI. Nessa ótica, a defesa *offshore* se apresenta apenas como um estágio intermediário da evolução da PLAN.

Em relação aos métodos de emprego da estratégia, evidenciou-se que a defesa *offshore* busca na negação do uso do mar a sua forma de execução, com a geografia e a continentalidade chinesa agregando possibilidades operacionais e táticas em caso de conflito. Isso destaca a influência *maoísta* numa estratégia de componente, predominantemente, marítima. Além disso, para sua plena implementação, existem dependências com outras expressões não militares. Entretanto, decorrente do crescimento econômico chinês, as missões da PLAN sofreram diversificação, com tarefas mais voltadas ao controle de área marítima e à projeção de poder, cujo foco reside em permitir uma maior liberdade de ação nas LCM.

Por fim, houve forte investimento nos equipamentos em todos os domínios operacionais, o que demonstra uma estratégia de meios de longo prazo, buscando o desenvolvimento tecnológico, a independência externa, o aumento do raio de ação da força, a capacidade de defesa aeroespacial, a projeção de poder e o apoio logístico móvel, permitindo o emprego duplo em mares distantes e próximos.

Com todas as análises anteriores, será possível confrontar os aspectos teóricos da estratégia A2/AD e o pensamento naval contemporâneo da China, foco do próximo capítulo.

4 A ESTRATÉGIA A2/AD NA MARINHA DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO POPULAR DA CHINA

Após detalhar o conceito de A2/AD e analisar os elementos da estratégia naval da PLAN, neste capítulo será realizada a confrontação⁴⁴, de forma a identificar os principais pontos de aderência e singularidades entre a teoria, desenvolvida nos EUA, e a realidade chinesa.

Para tal, o confronto será dividido em quatro seções: a primeira cobre as comparações entre a origem e os influenciadores do objeto e o conceito de A2/AD; a segunda relaciona os métodos estratégicos de emprego da PLAN com os elementos fundamentais da teoria de Tangredi; a terceira correlaciona os meios navais disponíveis e em desenvolvimento na China com o típico recurso militar empregado em uma estratégia A2/AD; e, por fim, a quarta seção sintetiza os assuntos abordados neste capítulo.

4.1 A origem e os influenciadores do pensamento naval chinês e o conceito A2/AD

Ao identificar que as bases teóricas da estratégia A2/AD estão associadas à negação do uso do mar empregada pela Marinha da ex-URSS na Guerra Fria, observa-se, como um primeiro ponto de aderência, o fato de a PLAN, no seu processo de modernização, ter sido influenciada pelos escritos do Almirante Gorskov e, dessa forma, absorver parte da cultura estratégica soviética. Com isso, pode-se admitir uma origem comum entre elas.

Além disso, nota-se que a base da defesa ativa de Mao Tse-Tung possui similaridades com o conceito de A2/AD. Comparando as visões de Yoshihara e Holmes (2010) com a teoria de Tangredi (2013), ambas reconhecem a inferioridade estratégica e, com isso,

⁴⁴Por tratar-se da comparação das evidências analisadas anteriormente, este capítulo será composto de um menor número de citações diretas e indiretas de outros autores.

entendem não ser oportuno uma abordagem direta. Além disso, identificam a necessidade de se manter uma postura tática ofensiva, na busca do desgaste do oponente por meio de uma guerra de atrição, bem como destacam a relevância dos aspectos geográficos e da informação no TO.

Entretanto, identificam-se também diferenças quando confrontados os dados desses estudiosos. Na defesa ativa não existe, necessariamente, a negação de acesso. Em algumas situações, inclusive, se permite o avanço do inimigo, aproveitando-se de uma dada profundidade estratégica do terreno, para induzir o atacante a atingir o ponto culminante, o que possibilitaria ao defensor contra-atacar em condições favoráveis (YOSHIHARA; HOLMES, 2010). Por sua vez, a estratégia A2/AD, por definição, deseja impedir uma força oponente de adentrar uma região de interesse ou limitar sua liberdade de ação nessa área (KREPINEVICH *et al.*, 2003), não demandando, inevitavelmente, uma contraofensiva, mas sim a desistência do adversário, em geral, por fatores extrínsecos, diferenciando, assim, essas duas abordagens.

Por fim, destaca-se que os preceitos do Poder Marítimo de Mahan, os quais também contribuíram na reformulação do pensamento naval de Pequim, são mais uma singularidade da realidade chinesa frente à teoria. Isso porque na estratégia A2/AD, como visto anteriormente por Tangredi (2013), o Estado identifica a si mesmo como inferior estrategicamente e busca alcançar seus objetivos não vencendo o oponente, mas sim retardando seus movimentos até que eventos extrínsecos ocasionem uma desistência da potência atacante. Essa postura não é coerente com a lógica *mahaniana*, pois negar acesso de uma área a um dado inimigo não, necessariamente, permite a liberdade de ação nas LCM para seus meios, civis ou militares.

Dessa forma, a direção a ser seguida por um Estado o qual deseje preservar o seu comércio exterior, fonte de riqueza para o desenvolvimento de uma potência marítima, seria por meio do fortalecimento do seu Poder Naval para garantir tal proteção. Na análise do objeto, identifica-se que os objetivos finais da estratégia naval chinesa estão mais próximos a esse cenário descrito por Mahan, dada a dependência econômica e energética da China.

Pelas ideias apresentadas, verifica-se que, em termos de origem e influenciadores da estratégia naval da PLAN, a aderência ao conceito de A2/AD é parcial. A própria origem da teoria ajuda a explicar a existência dessas singularidades no caso concreto chinês.

Isso ocorre porque, como visto no capítulo dois, ela vem de uma necessidade dos EUA em avaliar as suas novas ameaças pós-Guerra Fria e identificar as possíveis formas de se contrapor (KREPINEVICH *et al.*, 2003). Mesmo Tangredi (2013), com sua visão mais holística da questão, também reflete o problema militar sob a ótica estadunidense, para permitir o desenvolvimento de doutrinas e de meios adequados a esse ambiente.

Na ótica chinesa, a ameaça representada pelos EUA é parte importante do problema estatal, mas não representa a sua totalidade, existindo outros fatores geopolíticos já abordados. Isso, por si só, indica que somente uma abordagem centrada na China pode exprimir a complexidade do seu pensamento naval, pelo fato de uma estratégia ser fruto de um processo cognitivo e dialético, ou seja, dependente do oponente.

4.2 Os métodos estratégicos navais da China e os elementos fundamentais do A2/AD

Ao longo do período de 2005 a 2015, como visto no capítulo três, os Livros Brancos de Defesa direcionaram a estratégia naval chinesa para, num primeiro momento, a defesa *offshore* e, ao final, para uma combinação progressiva dessa com a proteção de mares abertos. Será realizada a comparação entre cada um desses métodos com os elementos fundamentais do A2/AD definidos por Tangredi, para identificar as respectivas aderências e singularidades.

Em termos de defesa *offshore*, percebe-se que a China identificava uma posição de inferioridade em relação a possíveis potências antagônicas, sendo aderente ao primeiro elemento fundamental de Tangredi. Essa percepção vem sendo alterada ao longo do tempo, dado o processo de fortalecimento das expressões de Poder Nacional, e a consequente expansão

dos meios da PLAN. Entretanto, até 2015, essa sensação ainda existia nos estrategistas chineses, pois tal concepção estratégica ainda estava prevista na edição do Livro Branco de Defesa de 2014.

O próprio termo *offshore*, vinculado por Pequim à primeira cadeia de ilhas (LI, 2011), aponta a primazia da geografia e, em especial, a sua componente marítima, na ótica do problema militar chinês. Esses dois elementos também são percebidos quando analisadas as diversas possibilidades de emprego estratégico da PLAN, em caso de conflito, visualizadas por Yoshihara e Holmes (2010). São exemplos desse fato a negação do uso do mar em anéis concêntricos e as longas linhas de comunicação enfrentadas pelos EUA, advindas da extensão do Oceano Pacífico. Aqui também se nota uma forte aderência ao conceito de A2/AD.

Com relação ao quarto elemento fundamental, a criticidade da informação e da inteligência, a defesa *offshore* faz uso de possíveis formas de despistamento, nos níveis operacional e tático, ao empregar o ataque disperso em posições externas ou os recursos não ortodoxos (YOSHIHARA; HOLMES, 2010). Adicionalmente, esses métodos são fortemente relacionados com a necessidade de uma consciência situacional do ambiente marítimo ao redor da China, pois exigem grande coordenação para a sua plena execução. Assim, pode-se identificar mais um ponto comum com a teoria A2/AD de Tangredi.

Por fim, existe a possibilidade do emprego de meios não militares para coagir Estados aliados aos EUA a não permitirem o uso do seu território como base de apoio a tropas, por meio de uma pressão diplomática chinesa sobre as consequências econômicas globais em caso de conflito armado, mesmo que limitado (YOSHIHARA; HOLMES, 2010). Na situação em lide, essa dinâmica não só dificultaria o acesso aos estadunidenses, como tornaria inviável o emprego das forças na região, dado os custos serem superiores aos benefícios de tal iniciativa. Seguindo a tradição chinesa em Sun Tzu de “vencer sem lutar”, a economia permitiria a China atingir o objetivo estratégico de salvaguardar sua soberania. Isso tudo mostra o efeito do

impacto de um evento extrínseco, o quinto e mais importante elemento da Estratégia A2/AD.

Em vista dos argumentos apresentados, percebe-se que a defesa *offshore* tem grande aderência a todos os cinco elementos fundamentais da estratégia A2/AD, sejam eles a percepção da superioridade estratégica do outro, a primazia da geografia, a predominância do domínio marítimo, a criticidade da informação e da inteligência e o impacto dos eventos extrínsecos.

Entretanto, a exploração da profundidade estratégica do território da China, visando a atrair as forças inimigas para águas mais favoráveis a PLAN, é uma singularidade identificada na comparação com a teoria de Tangredi. Como visto anteriormente, essa manobra estratégica busca uma contraofensiva, tendo relação direta com a filosofia de defesa ativa *maoísta*.

Ao confrontar a proteção de mares abertos com esses cinco elementos fundamentais, percebe-se que uma maior priorização de recursos e de adestramento da PLAN nesse tipo de tarefa – incluindo operações de segurança ao tráfego marítimo, projeção de poder, combate à pirataria, evacuação de não combatentes e diplomacia naval (COLE, 2016) – denotaria uma menor percepção de inferioridade estratégica por parte da China.

Conforme visto no capítulo dois, quanto maior a sensação de superioridade do oponente, maior seria a motivação para concentrar meios militares chineses em uma estratégia A2/AD única (TANGREDI, 2013). A diversificação de tarefas, por si só, mostraria uma dispersão em operações mais focadas em garantir o acesso ao comércio exterior, um caminho oposto ao que normalmente seria seguido por um decisor racional frente a uma potência superior. Isso apontaria mais uma diferença em relação à teoria de Tangredi.

Embora o componente geográfico esteja presente em qualquer atividade militar, em se tratando de proteção dos mares abertos, ao pormenorizar as ações decorrentes, identifica-se que na segurança do tráfego mercante ou no combate à pirataria, é mais provável o oponente fazer uso de tais acidentes naturais contra as forças da PLAN. Além disso, as operações de projeção de poder e de evacuação de não combatentes, normalmente destacam o predomínio do

ambiente terrestre no TO. Dessa forma, a primazia da geografia, e, especificamente, do ambiente marítimo, os segundo e terceiro elementos fundamentais, não estariam diretamente relacionados a essa parte da estratégia naval chinesa.

Para se projetar para águas azuis, a PLAN necessitará de uma consciência situacional da região em questão, indicando que, nesse caso, a criticidade da informação e da inteligência são relevantes para esse conjunto de operações. A própria projeção de poder demandaria o emprego de despistamento em nível operacional, tático e, em alguns casos, estratégico. Sendo assim, percebe-se uma proximidade com esse quarto elemento fundamental.

Por fim, a postura chinesa na proteção de mares abertos exigiria o emprego de meios não militares para sua concretização. A retórica de Pequim sobre a ascensão pacífica⁴⁵ e a criação da iniciativa *belt and road* (BRI⁴⁶), em 2013, demonstram a vontade de Pequim influenciar eventos extrínsecos, não visando diretamente a uma estratégia defensiva A2/AD, mas sim a segurança das LCM em regiões fora do seu entorno estratégico imediato. Sendo assim, não existiria uma aderência direta a esse elemento fundamental de Tangredi.

Tendo em vista os aspectos observados, avalia-se que existe uma grande relação da estratégia naval de Pequim, em termos de métodos de emprego, com os conceitos do A2/AD, principalmente por conta da adoção da defesa *offshore*. Todavia, essa compatibilidade estaria em um movimento de redução ao longo do contexto temporal definido para o objeto deste trabalho. Isso porque, na evolução do Livros Brancos de Defesa, o progressivo avanço da PLAN para as águas azuis mostraria a queda gradual da sensação de inferioridade estratégica chinesa. Contudo, o foco combinado com a proteção de mares abertos indicaria que essa percepção, embora menor, ainda existia em 2015, apontando para a manutenção parcial da aderência da

⁴⁵ A ascensão pacífica representa, na perspectiva chinesa, a retórica de que a trajetória do seu crescimento seria diferente do adotado pela Alemanha e pelo Japão antes da SGM. O enfoque seria desenvolvimentista, contudo, mantendo o respeito à integridade, à soberania e à diversidade cultural de outros Estados (CUNHA, 2011).

⁴⁶ O BRI é um programa transcontinental de política e investimento, de longo prazo, que visa ao desenvolvimento de infraestrutura e à aceleração da integração econômica dos Estados ao longo da “Rota da Seda” (RPC, 2015a).

realidade com a teoria, bem como corroborando com a transitoriedade do seu emprego até a plena maturidade da sua Marinha.

4.3 Os meios navais da China e da estratégia A2/AD

Os meios que a PLAN dispunha, bem como aqueles em desenvolvimento, possibilitam indicar a orientação estabelecida para a estratégia naval chinesa. Além disso, como citado no capítulo dois, os pensadores estadunidenses analisaram os possíveis armamentos os quais permitiriam o emprego do conceito de A2/AD contra os EUA. Nesta seção, será feito o confronto de tais sistemas com a panóplia de armas existente na China à época, para identificar qual seria a concepção estratégica implementado de forma concreta por Pequim.

A PLAN, no contexto temporal do objeto, investiu, na maioria das vezes com tecnologia própria, nas seguintes capacidades: a Força de Submarinos, convencionais e nucleares, passando a, inclusive, tornar operacional os ICBM lançados dos seus SSBN; o emprego de VANT; a produção de minas navais; o comissionamento de ASCM; C4ISR na sua área marítima; a defesa costeira, por meio dos novos NaPaRa e Corvetas; e ampliação de sua guarda costeira e de sua milícia marítima. Adicionalmente, o PLA, de uma forma geral, aplicou recursos no desenvolvimento de ASAT, ASBM, IRBM e IADS (COLE, 2016; EUA, 2015b).

Todos esses recursos militares estão intimamente relacionados com o conceito de defesa *offshore* e têm profunda aderência aos possíveis meios identificados por Tangredi como instrumentos para a implementação de uma estratégia A2/AD.

Entretanto, no mesmo período, a China também se empenhou em modernizar e expandir, por construção nacional: a Força de Superfície multipropósito com sistemas de defesa AA de área próprios, permitindo operar mais afastada do alcance do IADS da Força Aérea do PLA; os meios anfíbios para a ampliação da capacidade expedicionária; os navios destinados

ao apoio logístico móvel; e o fortalecimento da aviação naval (COLE, 2016; EUA, 2015b). Em que pese esses meios contribuam para a defesa *offshore*, eles visam, fundamentalmente, a incrementar as capacidades da PLAN em controle de área marítima e projeção de poder, tarefas essas mais relacionadas em garantir o acesso da China às regiões de interesse nacional e na proteção das LCM. Dessa forma, são armas com menor aderência a uma estratégia A2/AD.

Por fim, o esforço da China em operar NAe, com o comissionamento do LIAONING, e em desenvolver mais unidades por construção nacional (COLE, 2016) indicam um projeto de longo prazo de tornar a PLAN uma Marinha de águas azuis, mesmo antes de sua formalização nos Livros Brancos de Defesa. Essa percepção reforçaria a ideia de o emprego do conceito de A2/AD ser uma concepção estratégica transitória no pensamento naval chinês.

Em virtude das evidências mencionadas, depreende-se que, em termos de meios disponíveis e em desenvolvimento, a modernização e a expansão da PLAN, no período de 2005 a 2015, também tem aderência parcial à estratégia A2/AD.

4.4 Conclusões parciais

Em vista dos argumentos apresentados, a confrontação apontou para uma aderência parcial entre a realidade da China e a teoria do A2/AD em todos os aspectos analisados, desde a origem do seu pensamento naval contemporâneo, até os fins, métodos e meios da estratégia naval chinesa. Isso denota que a adoção dos conceitos de antiacesso pela China, em uma possível campanha contra um oponente estrategicamente superior, no caso concreto os EUA, é factível, todavia, não significando a única forma de emprego da PLAN. As singularidades observadas em tal comparação indicam uma estratégia naval mais complexa, a qual representa os esforços da China em se projetar no cenário internacional. Ao encerrar a comparação, será iniciada a conclusão final do trabalho no próximo capítulo.

5 CONCLUSÃO

Nesta dissertação buscou-se analisar o pensamento estratégico naval da PLAN no período compreendido entre 2005 e 2015, sob a ótica dos fundamentos teóricos da estratégia A2/AD. Para atingir esse propósito, foi realizado o confronto entre a teoria e a realidade para a identificação dos pontos de aderência e singularidades.

Primeiramente, em busca dos pressupostos teóricos relevantes para o processo de confrontação com o objeto, a estratégia naval chinesa, foi realizada uma síntese do conceito moderno do A2/AD de Krepinevich e Tangredi, bem como destacou-se que essa é a visão estadunidense a respeito da garantia de acesso aos EUA. Além disso, foram estabelecidos os seus elementos fundamentais, sejam eles a percepção da superioridade estratégica do outro, a primazia da geografia, a predominância do domínio marítimo, a criticidade da informação e da inteligência e o impacto dos eventos extrínsecos.

Posteriormente, notou-se também a forte influência da negação do uso do mar em toda a formulação do conceito, destacando, assim, o ambiente operacional marítimo na sua implementação, tanto em termos de ações como de recursos.

Em seguida, para identificar como foi o desenvolvimento do pensamento naval na China no século XXI, diante do seu crescente protagonismo no cenário mundial, observaram-se os fatores geopolíticos que influenciaram essa evolução, bem como os principais pensadores analisados pelos estrategistas chineses.

Decorrente disso, notou-se que o final do século XX foi marcado pelo início da mudança na visão geopolítica de Pequim, na qual uma potência terrestre passa a se voltar também para o mar. Nesse contexto, o reposicionamento estratégico de emprego da PLAN acompanhou as tendências do pensamento político.

Em relação aos influenciadores, Mahan traz a lógica da importância de se preservar

as LCM, Gorshkov insere as raízes da estratégia A2/AD no seio dos pensadores chineses, Mao Tse-Tung reveste a gramática da PLAN com conceitos de guerra terrestre, principalmente, no que diz respeito à defesa ativa e o Almirante Liu Huaqing sintetiza esses conceitos em uma estratégia única e complexa, com uma visão territorial do espaço marítimo.

Quanto aos principais aspectos da estratégia naval da PLAN entre 2005 e 2015, o objeto em si, estabeleceu-se a decomposição em termos de fins, métodos e meios para permitir a comparação com os elementos fundamentais do conceito de A2/AD. Identificou-se nos Livros Brancos de Defesa da China uma estratégia marítima e naval em expansão, fruto dos fatores geopolíticos analisados previamente. Esse direcionamento culminou, em 2015, com uma concepção estratégica dupla de defesa *offshore* e de proteção de mares abertos, formalizando o início da transição para uma Marinha de águas azuis. Os métodos e os meios desenvolvidos no período também denotam a busca por esse emprego paralelo.

Por fim, visando a responder à questão central do trabalho, comparou-se a lente teórica com os aspectos identificados na estratégia naval da PLAN. Desse confronto, foram evidenciados como pontos de aderência: a origem genealógica de ambas na Marinha da ex-URSS e a relação direta da defesa *offshore*, presente em todos os Livros Brancos de Defesa no contexto temporal, com todos os elementos fundamentais de Tangredi, tanto em termos de métodos quanto nos meios incorporados para a sua implementação.

Entretanto, algumas singularidades devem ser destacadas: o aproveitamento da profundidade estratégica da defesa *offshore*, absorvida da guerra *maoísta*, não, necessariamente, negaria acesso à região em disputa; a lógica *mahaniana* de preservar as LCM, presente na estratégia naval da PLAN, visaria à proteção desse ativo, não sendo tal liberdade de ação, obrigatoriamente, atingida apenas com o impedimento do oponente de entrar em uma dada área; os fatores geopolíticos empurram a China a buscar uma Marinha com capacidade de emprego global, por intermédio da abordagem da proteção de mares abertos e suas respectivas

missões de cooperação internacional, como combate à pirataria e auxílio humanitário; e o forte investimento em meios que não estão relacionados diretamente ao conceito de A2/AD, como o projeto de construção nacional de NAe e a ampliação de sua força anfíbia, ambos meios tradicionalmente associados à projeção de poder.

Observando tanto as semelhanças quanto as diferenças, percebe-se que a estratégia naval chinesa, no período, tem complexidade superior ao conceito de A2/AD em si. Isso não significa que suas premissas não contribuam para a compreensão da PLAN, ou que seja um erro dos estrategistas estadunidenses em assumir a possibilidade do emprego de tal concepção estratégica por Pequim. Apenas indicam a necessidade de analisar outros aspectos para uma visão mais ampla do problema. Dessa forma, a conclusão do confronto nos remete a uma aderência parcial do objeto à teoria, evidenciando o fato de um modelo teórico dificilmente expressar toda a realidade.

Pode-se, então, afirmar que o propósito desta dissertação foi atingido. Além disso, por meio de um desenvolvimento analítico, com base na estratégia contemporânea A2/AD, todas as questões, central e complementares, foram respondidas. Dessa maneira, este trabalho terá o potencial de contribuir para uma melhor interpretação da China e de sua Marinha nos dias de hoje, dado o conhecimento absorvido do passado recente. Esse ator estatal, juntamente com os EUA, está em condições de moldar o SI no futuro próximo, representando, assim, a disputa do século XXI.

Por fim, sugere-se, como futura linha de pesquisa, que se faça uma comparação tanto do conceito de A2/AD quanto da teoria estratégica naval de Raoul Castex (1878-1968) com o pensamento naval chinês, de forma a se identificar com qual delas a PLAN tem mais proximidade. A comparação de teorias contemporâneas e clássicas contribuirá para um diagnóstico ainda maior da complexidade da estratégia naval de Pequim.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Estado-Maior da Armada. *EMA-305 Doutrina Militar Naval*, 1. Ed., Brasília, 2017.
- _____. Escola de Guerra Naval. *EGN-304B Guia para estudos de estratégia*, Rio de Janeiro, 2007.
- CAMBRIDGE DICTIONARY. *Think tank*. 2020. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/think-tank>>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- CENTER FOR STRATEGIC AND BUDGETARY ASSESSMENTS (CSBA). *Our mission*. 2020. Disponível em: <<https://csbaonline.org/about/mission>>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *On war*. Tradução de Michael Howard. Princeton: Princeton University Press, 1984. 732 p. Título original: *Vom kriege*.
- CLIFF, Roger *et al.* *Entering the dragon's lair: chinese antiaccess strategies and their implications for the United States*. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2007. 129 p. Disponível em: <<https://www.rand.org/pubs/monographs/MG524.html>>. Acesso: em 29 abr. 2020.
- COLE, Bernard. The history of the twenty-first-century chinese navy. *Naval War College Review*, Newport, v. 67, n. 3, p. 43-62, Summer 2014. Disponível em: <<https://digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1307&context=nwc-review>>. Acesso em: 20 maio 2020.
- _____. *China's quest for great power: ships, oil, and foreign policy*. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, 2016. 306 p.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso *et al.* Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 760 p. Título original: *Traité de stratégie*.
- CUNHA, André Moreira. A China e o Brasil na nova ordem internacional. *Revista de sociologia e política*, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 9-29, nov. 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/80208>>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Department of Defense. *Joint operational access concept*. Washington, D.C.: 2012. 64 p. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC_Jan%202012_Signed.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- _____. Department of Defense. *DoD announces appointment of James Baker as director of the Office of Net Assessment*. 13 maio 2015a. Disponível em: <<https://www.defense.gov/Newsroom/Releases/Release/Article/605502/dod-announces-appointment-of-james-baker-as-director-of-the-office-of-net-asses>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

_____. Office of Naval Intelligence. *The PLA navy: new capabilities and missions for the 21st century*. Washington, D.C.: 2015b. Disponível em: <https://www.oni.navy.mil/Portals/12/Intel%20agencies/China_Media/2015_PLA_NAVY_PUB_Print_Low_Res.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255p. (Coleção Aprender).

HUCKABEY, Jessica. *The paradox of Admiral Gorshkov*. Center for International Maritime Security, 01 out. 2014. Disponível em: <<http://cimsec.org/paradox-admiral-gorshkov/13197>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

KAPLAN, Robert D. *The revenge of geography: what the map tells us about coming conflicts and the battle against fate*. New York: Random House, 2012. 403 p.

KREPINEVICH, Andrew F.; WATTS, Barry; WORK, Robert. *Meeting the anti-access and area-denial challenge*. Washington, D.C.: Centre for Strategic and Budgetary Assessments, 2003. 95 p. Disponível em: <<https://csbaonline.org/research/publications/a2ad-anti-access-area-denial/publication/1>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

LI, Nan. The evolution of China's naval strategy and capabilities: from "near coast" and "near seas" to "far seas". In: SAUNDERS, Phillip C. *et. al.* (Ed.). *The chinese navy: expanding capabilities, evolving roles*. Washington, D.C.: National Defense University Press, 2011. cap. 5, p. 109-140. Disponível em: <<https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/Books/chinese-navy.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LYKKE, Arthur F. Defining military strategy. *Military Review*, Leavenworth County, Kansas, v. 69, n. 5, p. 2-8, maio 1989. Disponível em: <<http://cgsc.contentdm.oclc.org/cdm/singleitem/collection/p124201coll1/id/504/rec/10>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MISSILE DEFENSE PROJECT (MDP). *JL-2 (Ju Lang-2/CSS-NX-14)*. Center for Strategic and International Studies, 12 ago. 2016. Disponível em: <<https://missilethreat.csis.org/missile/jl-2/>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC). *Action plan on the Belt and Road Initiative*. Beijing: The State Council the People's Republic of China, 2015a. Disponível em: <http://english.www.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm>. Acesso em: 02 de jul. de 2020.

_____. *Livro Branco de Defesa de 2014*, Título original: *China's Military Strategy*. Beijing: The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015b. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/publications/2016-07/13/content_4768294.htm>. Acesso em: 01 jun. 2020.

_____. *Livro Branco de Defesa de 2012*, Título original: *The Diversified Employment of China's Armed Forces*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2013. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/publications/2016-07/13/content_4768293.htm>. Acesso em: 01 jun. 2020.

_____. *Livro Branco de Defesa de 2010*, Título original: *China's National Defense in 2010*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2011. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/publications/2017-04/11/content_4778206.htm>. Acesso em: 01 jun. 2020.

_____. *Livro Branco de Defesa de 2008*, Título original: *China's National Defense in 2008*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2009. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/publications/2017-04/11/content_4778231.htm>. Acesso em: 01 jun. 2020.

_____. *Livro Branco de Defesa de 2006*, Título original: *China's National Defense in 2006*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2006. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/book/194421.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

_____. *Livro Branco de Defesa de 2004*, Título original: *China's National Defense in 2004*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2004. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/e-white/20041227/index.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

SPELLER, Ian. *Understanding naval warfare*. New York: Routledge Taylor and Francis Group, 2014. 206 p.

SUNZI séc. VI A.C. *The art of war*. New York: Oxford University Press, 1963. 197p.

TANGREDI, Sam J. *Anti-access warfare: countering A2/AD strategies*. Annapolis, Md.: Naval Institute Press, 2013. 300p.

_____. Antiaccess warfare as strategy: from campaign analyses to assessment of extrinsic events. *Naval War College Review*, Newport, v. 71, n. 1, p. 33-51, Winter 2018. Disponível em: <<https://digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1011&context=nwc-review>>. Acesso em: 20 maio 2020.

WEDIN, Lars. *Estratégias marítimas no século XXI: a contribuição do Almirante Castex*. Tradução de Reginaldo Gomes Garcia dos Reis *et al.* Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. 236 p.

WESTCOTT, Ben. *China's first domestically-built aircraft carrier officially enters service*. CNN, 18 dez. 2019. Asia. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2019/12/17/asia/china-aircraft-carrier-shandong-intl-hnk/index.html>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James R. *Red star over the Pacific: China's rise and the Challenge to U.S. maritime strategy*. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, 2010. 292 p.

ANEXO A



FIGURA 1 – As disputas pelo direito de soberania no Mar do Sul da China.

Fonte: <<http://geografianovest.blogspot.com/2017/05/disputas-no-mar-do-sul-da-china.html>>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

ANEXO B

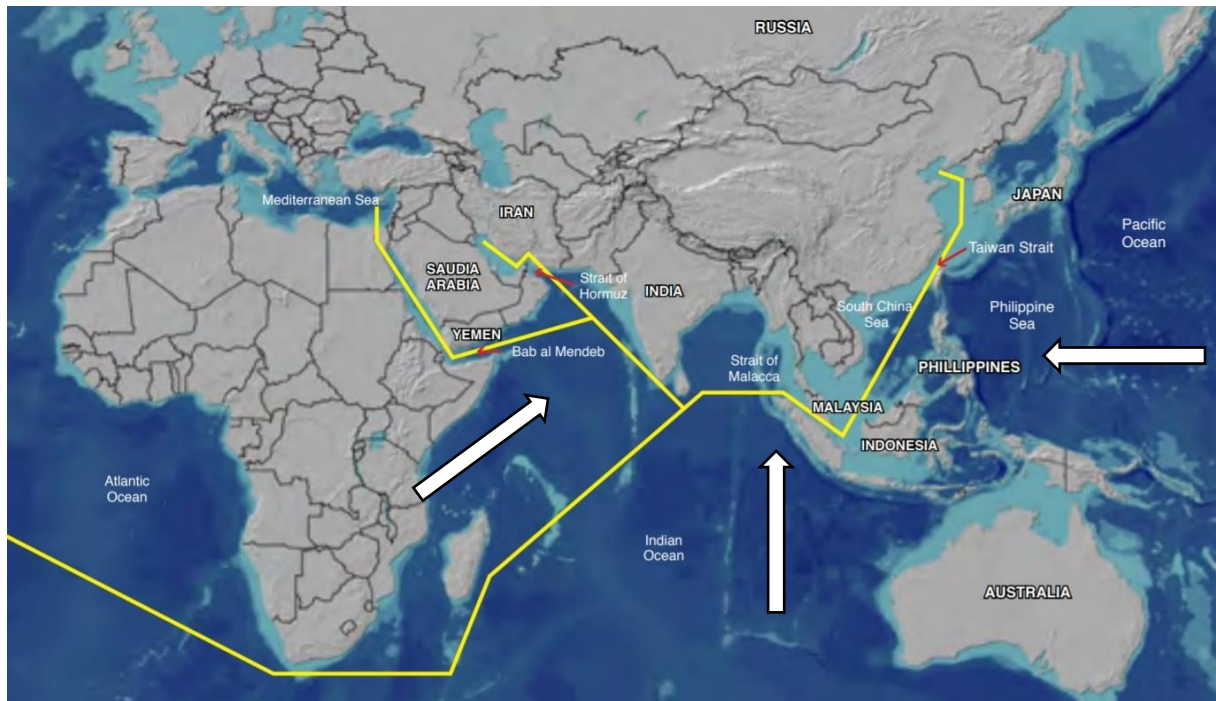


FIGURA 2 – As principais Linhas de Comunicação Marítimas chinesas pelos Oceanos Índico e Pacífico.

Fonte: EUA, 2015b, p. 8. (Houve alteração na ilustração com acréscimo de três setas, para explicitar as Linhas de Comunicação Marítimas mais importantes).

ANEXO C

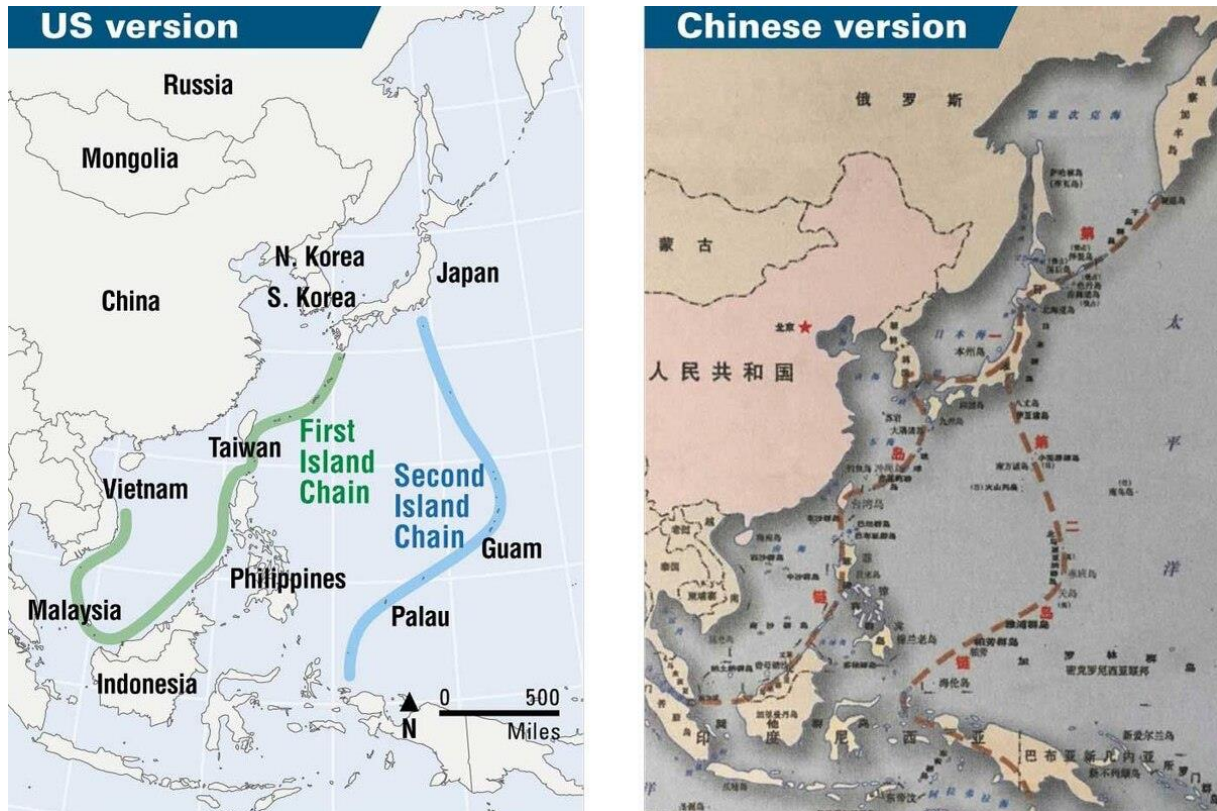


FIGURA 3 – A primeira e a segunda cadeia de ilhas.

Fonte: <<https://www.defensenews.com/global/asia-pacific/2016/02/01/powers-jockey-for-pacific-island-chain-influence/>>. Acesso: em 08 de maio de 2020.

ANEXO D



FIGURA 4 – As camadas da defesa *offshore*.

Fonte: EUA, 2015b, p. 6. (Houve alteração na ilustração com acréscimo de três caixas de texto indicando as respectivas camadas).

ANEXO E

TABELA 1

Ordem de batalha estimada da Marinha do Exército de Libertação Popular, 2000-2014

Tipo	2000	2010	2014	2020
Submarino Convencional	60	54	51	59–64
Submarino Nuclear de Ataque	5	6	5	6–9
Submarino Balístico Nuclear	0	3	4	4–6
Cruzadores	0	0	1	1–3
Contratorpedeiros	21	25	24	30–34
Fragatas / Corvetas	37	49	63	83–97
Meios Anfíbios	60	55	57	50–55
Navio-Patrolha Rápido	100	85	85	85
TOTAL	283	277	290	318–353

Fonte: COLE, 2016, p. 59.